UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências/ Departamento de Educação Física
Campus de Bauru – SP

RITA DE CÁSSIA MALAGI

A IMPLEMENTAÇÃO DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A realidade de três cidades do interior paulista.

BAURU – SP
2023

Mestrado Profissional em
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)

RITA DE CÁSSIA MALAGI

A IMPLEMENTAÇÃO DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A realidade de três municípios do interior paulista.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF. ProEF da Instituto/Faculdade da Universidade Estadual Paulista - UNESP, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física.

Área de Concentração: Educação Física Escolar.

Orientador: Professor Doutor Milton Vieira do Prado Junior.

BAURU – SP

Rita de Cássia Malagi

A IMPLEMENTAÇÃO DO ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A realidade de três municípios do interior paulista

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Estadual Paulista - UNESP, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física.

Área de Concentração: Educação Física Escolar.

Orientador: Professor Doutor Milton Vieira do Prado Junior

Data da defesa: 09/11/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professor Doutor Milton Vieira do Prado Junior
Universidade: UNESP - BAURU

Membro Titular: Professor Doutor Márcio Pereira da Silva
Universidade: UNESP - BAURU

Membro Titular: Professora Doutora Clarice Aparecida Alencar Garcia
Universidade: IMES – SM - SÃO MANUEL

Local: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências – Departamento de Educação Física
UNESP – Campus de Bauru

M236i

Malagi, Rita de Cássia
A implementação do especialista de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental : A realidade de três municípios do interior paulista / Rita de Cássia Malagi. -- Bauru, 2023
86 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientador: Milton Vieira do Prado Junior

1. Educação Física. 2. implementação. 3. especialista. 4. anos iniciais. 5. Ensino fundamental. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE RITA DE CÁSSIA MALAGI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 09 dias do mês de novembro do ano de 2023, às 14:00 horas, no(a) Google Meet, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de RITA DE CÁSSIA MALAGI, intitulada **A IMPLEMENTAÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A REALIDADE DE TRÊS MUNICÍPIOS DO INTERIOR PAULISTA.** A Comissão Examinadora foi constituida pelos seguintes membros: Prof. Dr. MILTON VIEIRA DO PRADO JUNIOR (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação Física/ Faculdade de Ciências UNESP Bauru, Prof. Dr. MARCIO PEREIRA DA SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação Física / UNESP Faculdade de Ciências de Bauru SP, Profa. Dra. CLARICE APARECIDA ALENCAR GARCIA (Participação Virtual) do(a) IMES - Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final APROVADA. Nada mais havendo, foi
lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

gov.br Documento assinado digitalmente
MILTON VIEIRA DO PRADO JUNIOR
Data: 12/01/2024 09:45:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. MILTON VIEIRA DO PRADO JUNIOR

Quero dedicar o meu trabalho primeiramente a Deus, sem ele não estaríamos aqui. A minha mãe, que me apoiou, incentivou, e me deu assistência em outras áreas da minha vida para poder me dedicar ao mestrado. Ao meu marido, que também me apoiou e ajudou para tornar possível o meu sonho. E ao meu filho, razão pela qual busco sempre ser melhor, tanto como pessoa, quanto como profissional. A minha querida avó, que foi uma pessoa muito importante na minha vida. Por fim, mas não menos importante, ao meu querido professor e orientador Prof. Dr. Milton Vieira do Prado Junior, que me desvelou os caminhos a serem seguidos para chegarmos ao nosso objetivo final, a defesa, e ao tão almejado título de Mestre.

AGRADECIMENTOS

À Capes/PROEB – Programa de Educação Básica pelo oferecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – ProEF. A UNESP Câmpus de Bauru por aderir a esse programa de Mestrado Profissional. Ao departamento de Educação Física, a todos os docentes envolvidos no programa, em especial o meu orientador Prof. Dr. Milton Vieira do Prado Junior, pela paciência e dedicação a essa mestranda.

Gostaria também de agradecer aos meus familiares que direta ou indiretamente me ajudaram a chegar até aqui, e também a todos os profissionais que lutam pela melhoria da educação no nosso país.

“Educar é realizar a mais bela e complexa arte da inteligência. Educar é acreditar na vida e ter esperança no futuro.”

(Augusto Cury)

Malagi, Rita de Cássia. A implementação do especialista em educação física nos anos iniciais do ensino fundamental: A realidade de três municípios do interior paulista. Orientador: Professor Doutor Milton Vieira do Prado Junior.2003. Número de volumes ou folhas. Dissertação Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF– Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru, 2003.

RESUMO

Diante das varias realidades encontradas, em relação à implementação do especialista nos anos iniciais do ensino fundamental, fez-se necessário um estudo mais aprofundando para tentarmos entender e sanar nossas inquietações referentes às diferenças que encontramos, onde há o especialista atuando, onde ele atua parcialmente e sua ausência neste nível de ensino. O objetivo dessa pesquisa foi verificar como está sendo a implementação do professor especialista de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental em três cidades vizinhas, no interior do estado de São Paulo, analisando as semelhanças e as diferenças dessa implementação. Para isso, foi usada a metodologia de entrevistas semi estruturadas, gravadas por áudio e vídeo, quando autorizados, que foram realizadas com secretários de educação, supervisores, diretores e coordenadores, totalizando quatorze pessoas entrevistadas. Após a coleta de dados, foi feita a codificação do conteúdo obtido na entrevista, comparando os pontos comuns e divergentes entre as cidades. Posteriormente à codificação, analisamos os resultados e chegamos à conclusão de que as leis vigentes que regem a educação no Brasil, deixam em aberto a atuação ou não desse profissional nos anos iniciais do ensino fundamental, delegando ou transferindo assim a decisão às prefeituras municipais, fazendo com que seja uma decisão política. Isso, gera uma discrepância muito grande entre as cidades, que fazem parte do mesmo macrossistema, a luz da teoria bioecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner, de modo que algumas cidades possuem o especialista com duas aulas semanais, outras com uma aula e há cidades sem atuação desse especialista nos anos iniciais.

Palavras chaves: Implementação; Especialista; Educação Física.

Malagi, Rita de Cássia. The implementation of the physical education specialist in the early years of elementary school: The reality of three municipalities in the interior of São Paulo. Advisor: Professor Milton Vieira do Prado Junior.2003. Number pf sheets 86. Professional Master's Dissertation in Physical Education on a National Network – ProEF – Faculty of Sciences, UniversidadeEstadualPaulista – UNESP, Bauru, 2023.

ABSTRACT

Given the various realities encountered, in relation to the implementation of the specialist in the early years of elementary school, it was necessary to study in more depth to try to understand and remedy our concerns regarding the differences we found, where is the specialist acting, where he acts partially and his absence at this level of education. O The objective of this research was to verify how the implementation of the specialist physical education teacher in the initial years of teaching fundamental in three neighboring cities, in the interior of the state of São Paulo, analyzing the similarities and differences of this implementation. For that, the methodology of semi-structured interviews was used, recorded by audio and video, when authorized, which were carried out with education secretaries, supervisors, directors and coordinators, totaling fourteen people interviewed. After data collection, the content was coded obtained in the interview, comparing the common and divergent points between the cities. After coding, we analyzed the results and arrived at the conclusion that the current laws that govern education in Brazil leave in open to the role or not of this professional in the initial years of teaching fundamental, thus delegating or transferring the decision to city halls municipalities, making it a political decision. This generates a very large discrepancy between cities, which are part of the same macrosystem, in the light of the bioecological theory of human development of Bronfenbrenner, so that some cities have the specialist with two classes a week, others with one class and there are cities without this type of activity. specialist in the early years.

Keywords: Implementation; Specialist; Physical education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Objetivos gerais para Educação Física segundo o PCN.....16

Figura 2 – Mudanças propostas na TBDH.....39

Figura 3 – Modelo de Bronfrenbrenner enfatizando o Cronossistema conforme apresentado no estudo de Hernandes-Garcia (2023).....42

Figura 4 – Esboço da organização dos resultados a partir da TBDH……50

Figura 5 – Nuvem de palavras observadas nas respostas dos secretários em relação à questão da carga horária entre o polivalente e o especialista.....58

Figura 6 - Nuvem de palavras observada nas respostas dos secretários de educação referente à importância do especialista de Educação Física no contexto colar……60

Figura 7 - Nuvem de palavras observada nas respostas dos secretários de educação sobre os benefícios da implementação……..60

Figura8 – Nuvem de palavras diretores escolares sobre a importância do professor especialista no trabalho pedagógico.....63

Figura 9 – Nuvem de palavras das respostas dos diretores escolares referente à questão do impacto do especialista no trabalho do pedagogo.....65

Figura 10 – Nuvem de palavras observadas nas respostas dos diretores escolares referente à questão da atuação do especialista.....66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes entrevistados para a pesquisa.....46

Quadro 2 – Respostas dos secretários de educação referentes ao período de implementação do professor especialista.....51

Quadro 3 – Respostas dos secretários de educação referente ao professor especialista ministrar aulas em outros níveis de ensino.....53

Quadro 4 – Respostas dos secretários de educação referente à burocracia e as verbas para implementação do professor especialista.....55

Quadro 5 – Respostas dos secretários de educação referente a relação da carga horária do professor polivalente.....57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

CEB Câmara de Educação Básica

CNE Conselho Nacional de Educação

CONFEF Conselho Federal de Educação Física

CREF Conselho Regional de Educação Física

DCNEIS Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

EF Educação Física

HTPI Horário de trabalho pedagógico individual

LDB Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

PPCT Processo-Pessoa-Contexto-Tempo

ProEF Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional

RCNEI Referencial Nacional para Educação Infantil

TBDH Teoria bioecologica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner

UNESP Universidade Estatual Paulista

1. TRAJETORIA PESSOAL 13
2. INTRODUÇÃO 16
3. OBJETIVOS 22
3.1 Objetivo Geral 22
3.2 Objetivo Específico 22
4. REVISÃO DA LITERATURA 22
4.1 O componente curricular EF, a legislação e sua legitimação. 22
4.2 A importância da educação física 27
4.3 A importância do especialista de educação física nos anos iniciais 32
4.4 A implementação do especialista nos anos iniciais 35
4.5 A teoria bioecologica do desenvolvimento humano de Bronfrenbrenner 37
5. METODOLOGIA 45
5.1 Universo da Pesquisa 45
5.2 Participantes 45
5.3 Instrumentos 46
5.4 Aspectos éticos da pesquisa 47
5.5 Procedimentos para coleta de dados 47
5.6 Análises de dados 49
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES 50
6.1 Respostas obtidas dos secretários de educação 51
6.2 Respostas obtidas dos diretores das escolas participantes 61
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 68
8. PRODUTO EDUCACIONAL 70
9. REFERENCIAS 72
10. APENDICES 79
APENDICE I – Termo de consentimento livre esclarecido 79
APENDICE II – Codificação dos dados obtidos através das entrevistas com secretários de educação 81
APENDICE III – Codificação de gestores escolares da cidade de Lençóis Paulista 83
APENDICE IV – Codificação dos gestores escolares da cidade de Agudos 84
APENDICE V – Codificação de gestores escolares da cidade de Macatuba 86

1. TRAJETORIA PESSOAL

Comecei minha trajetória acadêmica aos dezessete anos, quando ingressei no curso de licenciatura em Educação Física, cursei a faculdade da minha cidade pela facilidade de estar perto. Confesso que no começo não sabia se era isso mesmo que queria, acredito que pela pouca idade, enfim, foi uma graduação conturbada, mas, consegui conclui-la.

Depois que concluí a graduação em Educação Física, que ocorreu no ano de 2012, somente em 2015 comecei a lecionar. Foi em uma escola municipal da minha cidade, como professora contratada temporariamente. Após entrar no mundo da educação me apaixonei completamente e não quis mais sair da escola, foi quando decidi cursar a segunda licenciatura em pedagogia.

A partir desse ponto, enfrentei outra batalha em minha vida, a da efetivação, foram várias tentativas e muitas horas de estudo para conseguir boas colocações nos concursos e, em 2019, a tão esperada efetivação chegou. Fui efetivada, como professora de Educação Física para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e foi onde me encontrei profissionalmente.

Desde minha efetivação, o meu próximo objetivo profissional seria o mestrado, e foi em uma formação oferecida pela UNESP-BAURU aos professores de Educação Física da rede municipal da cidade de Lençóis Paulista que tomei conhecimento do PROEF, e que teria o processo seletivo para a segunda turma, o qual prestei e consegui entrar para o programa.

Ingressando novamente no mundo acadêmico, agora com um pouco mais de maturidade, percebi quão rico esse meio é, não só pelos professores, que são as pessoas mais inteligentes que conheci até agora, mas também pelos colegas discentes que trazem para a nossa vida outros relatos e experiências enriquecedoras.

Começamos então a trajetória das disciplinas, um total de oito até chegarmos à elaboração da problemática para pesquisa. Dentre as disciplinas, a que mais chamou minha atenção foi a Problemáticas da Educação Física, onde pudemos

perceber que os nossos anseios também são os anseios de outros docentes, e que os problemas que enfrentamos também são comuns a outros colegas de profissão.

Nesta disciplina, foram discutidos vários pontos sensíveis que a Educação Física ainda enfrenta no mundo escolar, tais como: o tratamento diferenciado dado à EF perante as outras disciplinas; a dispensa desta disciplina, que é prevista por lei e concedida ao aluno; a identidade de gênero que é um assunto sensível atualmente. Assim, essa disciplina pode ampliar ainda mais a minha perspectiva de Educação Física, consolidando a sua importância na vida do aluno. Ao final da disciplina obtive o conceito 9,50, aprovada.

Posteriormente a ela, tivemos a disciplina de Seminários de Pesquisa em Educação Física, uma disciplina técnica e de extrema importância para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Nela aprendemos a fazer citações corretamente, referências e aprendemos também sobre plágio. No decorrer da disciplina estudamos a Plataforma Brasil, onde tivemos que submeter nosso projeto de pesquisa ao Comitê de Ética para sua aprovação. Também começamos a desenvolver nossa introdução e objetivos da pesquisa. Ao final da disciplina obtive o conceito 9,50, aprovada.

Dando sequência às disciplinas, tivemos a Escola, Educação Física e Planejamento, nela podemos compreender que planejar é muito importante dentro do meio escolar. Dentro dela foram tratados assuntos como: o papel da EF dentro da escola; a diferença entre sociedades democráticas e sociedades republicanas; a EF dentro do projeto político pedagógico da escola; a avaliação da EF na escola; a BNCC a escola e a EF; como incluir os alunos, dentre outros aspectos muito importantes no cotidiano escolar. Ao final desta disciplina pudemos compreender que o planejamento vai muito além de papel e burocracia, ele é essencial para o efetivo trabalho docente. Ao final da disciplina obtive o conceito 8,96, aprovada.

Nossa quarta disciplina foi a Metodologia do Ensino da Educação Física, nela estudamos as concepções metodológicas da EF. Confesso que essa foi uma das disciplinas mais monótonas que cursei, o primeiro fator para isso, foi o de os textos estarem em inglês. Para realizar as atividades propostas tínhamos que traduzir os

textos primeiro, o segundo fator foi a repetitividade, tornando assim uma disciplina cansativa. Ao final da disciplina obtive o conceito 9,33, aprovada.

A quinta disciplina foi Educação Física no Ensino Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa disciplina abrange a nossa linha de pesquisa, escolhida assim que ingressamos no curso de mestrado. Dentro dela vimos, a LDBEN, as DCNEIS, RCNEI, BNCC e os PCN. Também refletimos sobre a EF no Ensino Infantil, tivemos orientações do que trabalhar e como trabalhar; foi discutido também questões da EF e das atividades circenses, teatro, ginástica, jogo e cultura corporal. Considero essa uma das disciplinas mais aprazíveis que cursei no mestrado, ao final da disciplina obtive o conceito 9,87, aprovada.

Nossa sexta e última disciplina no mestrado foi a Escola, Educação Física e Inclusão. Dentro desta disciplina pude perceber que a palavra inclusão é muito mais abrangente do que pensava. Incluir significa, fazer uma EF para todos, desde o aluno com deficiência física, intelectual ou mental, até aquele aluno que se recusa a participar por motivos não explícitos. Ministrar uma aula que todos, sem exceções, queiram participar é a inclusão que realmente deve acontecer no ambiente escolar. Ao final da disciplina obtive o conceito 9,98, aprovada.

Desde a minha efetivação, como vários outros colegas de profissão, tenho os desafios a serem superados, tanto no contexto pedagógico, quanto no contexto profissional e de gestão. Citando alguns deles temos: falta de materiais pedagógicos, desvalorização do profissional e da disciplina, e o que mais me chamou atenção, na realidade em que vivo, a implementação do especialista nos anos iniciais do ensino fundamental. Fato esse, que no decorrer do curso de mestrado, foi ganhando ampla discussão, e pude constatar que a implementação do especialista em EF nos anos iniciais, não é um problema centralizado, mas, sim generalizado. Vários colegas, que conheci no curso, atuam em redes municipais, onde o especialista não faz parte da realidade dos anos iniciais, e como contraponto, também há redes municipais aonde esse profissional vem desde o ensino infantil.

Então, diante de todas essas divergências de realidades, onde há cidades com a atuação do especialista, há cidades sem o especialista e há cidades com a atuação parcial do especialista, fez-se necessário um estudo, para compreendermos

melhor, qual é a realidade na maioria das cidades, dentro de um mesmo macrossistema, que aqui consiste no âmbito federal e estadual.

2.INTRODUÇÃO

A Educação Física Escolar(EFE) é foco de muitas investigações nos últimos anos dentro da área da Educação Física (EF). Impolcetto e Darido (2020) argumento que hoje é um componente curricular obrigatório, porém nem sempre foi assim.

Em um primeiro momento os estudos buscavam modificar a visão que a EF seria apenas uma atividade desconectada do processo educacional como um todo, ou seja, meramente uma atividade recreativa (FREIRES et. al., 2022). Posteriormente, já com o *status* de disciplina, a busca constante para se consolidar como um conteúdo fundamental da cultura corporal no contexto escolar. Consolidação essa que passa pela definição de conteúdos adequados aos diferentes ciclos escolar, a superação da visão esportivista deste conteúdo no contexto escolar e em buscas de práticas inovadoras que garantam ao aluno vivências significativas que possibilitaram ampliar sua cultura corporal (GONZÁLEZ, 2020).

No ano de 1997 com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos da EF começaram a ficar mais direcionados com objetivos mais claros e definidos. Os PCNs para o Ensino fundamental são divididos em ciclos, 1º ciclo 1ª e 2ª série (atualmente 1º, 2º e 3º anos), 2º ciclo 3ª e 4ª série (atualmente 4º e 5º anos), 3º ciclo 5ª e 6ª série (atualmente 6º e 7º anos) e o 4º ciclo 7ª e 8ª série (atualmente 8º e 9º ano). Os objetivos gerais para a Educação física segundo os PCNs (1997, pg. 28) estão descritos na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Objetivos gerais para Educação Física segundo o PCN.

- participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;
- adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência;
- conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais;
- reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva;
- solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades, considerando que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e regularidade e devem ocorrer de modo saudável e equilibrado;
- reconhecer condições de trabalho que comprometam os processos de crescimento e desenvolvimento, não as aceitando para si nem para os outros, reivindicando condições de vida dignas;
- conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito;
- conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão.

Fica evidente que os objetivos gerais buscam respeitar as individualidades do ser humano que passa pelo educacional, como nos reforça Prado Jr. (1998) que é fundamental conhecer quem é o aluno para planejar sua ação pedagógica. Além disso, valoriza que o estudante necessita se reconhecer dentro do seu contexto ambiental, conviver e respeitar as divergências físicas e de desempenho do outro, enfim, vivenciar situações e contexto em que os conhecimentos desenvolvidos servirão de base para a consolidação da sua cultura corporal que possibilitará reivindicar em qualquer ambiente o seu direito de cidadão a prática corporal (GONZÁLEZ, 2020).

A partir desse documento norteador, estados e municípios, elaboram seus currículos. Alguns municípios se baseiam no estado, outros caracterizam seu

currículo individualmente. Até o surgimento da BNCC, que foi homologada pelo Ministério da Educação em abril de 2017, que traz as competências e habilidades a serem desenvolvidas em toda Educação Básica brasileira, dando uma base comum a todo território nacional.

Ao analisarmos a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) observamos que a Educação Física tem um papel de grande importância na formação do aluno, desenvolvendo várias competências essenciais em sua formação, como podemos verificar nesse trecho:

> "Nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re) construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade" (BNCC, 2017, p.215).

Fica evidente que a Educação Física deve estar na escola, possui objetivos específicos e, portanto, qualquer análise hoje deveríamos encontrar o desenvolvimento das aulas de Educação Física de uma forma sistematizada para atingir o objetivo maior que é o desenvolvimento da cultura corporal dos estudantes. Porém, como nos alerta González (2020) a Educação Física Escolar está longe de ter práticas pedagógicas similares. Muitas situações diferentes são encontradas em diferentes ambientes de ensino relacionados ao que é denominado de Educação Física.

Tendo vivenciado este contexto durante minha formação e atualmente na minha prática profissional posso afirmar que ainda hoje o professor de Educação Física enfrenta problemáticas que o leva a se reinventar e buscar conquistar seu espaço no contexto escolar dia após dia. Logo na primeira disciplina cursada no Mestrado Profissional PROEF, analisamos as problemáticas existente no contexto escolar a partir de referencial teórico e das experiências dos mestrandos de diferentes regiões, estados e munícipios, e ficou evidente as diferentes realidades que se apresenta ao profissional de Educação Física que adentra o sistema escolar.

Entre as problemáticas encontradas nos diferentes ambientes educacionais podemos ressaltar que vão desde a falta de espaço adequado para o desenvolvimento das atividades da disciplina (SÁ; WERLE, 2017; VITORINO,2023), passando por práticas pedagógicas tradicionais ou que desvalorizam a área como o “rola a bola” (GONZÁLEZ, 2020), chegando ao extremo de algumas cidades ainda não possuirem o profissional de Educação Física (Especialista) para ministrar a disciplina no contexto escolar (FREIRES, et. al. 2022; HERNANDES-GARCIA, 2023), em especial, nos anos iniciais do Ensino Fundamental em munícipios de norte a sul do Brasil.

Tal realidade a que estamos expostos, ainda hoje, é inesperada se considerarmos que existe legislação garantindo a disciplina Educação Física nos anos inicias há mais de décadas. Impolcetto e Darido (2022) realizaram um estudo sobre as leis que regulamentam a Educação Física no contexto escolar. A Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que regulamenta toda a educação brasileira e que deveria estar sendo cumprida, traz em seu Artigo 26, inciso terceiro, que a Educação Física seria um componente da Educação Básica.

Pereira, Nista-Picollo e Santos (2009) citam uma reformação da legislação a partir da Lei 10.328/2001, onde o artigo 26 da LDBEN foi alterado, determinando que a Educação Física não mais seria apenas um componente curricular da Educação Básica, mas sim, um componente curricular obrigatório. Porém, não determina qual profissional ficará responsável pela disciplina se o professor especialista ou professor Polivalente. Ressaltam as autoras que esta decisão ficará para os Estados e Municípios.

Tal indefinição de quem ministraria as aulas de Educação Física nos anos iniciais permanece em resoluções posteriores a aprovação da Lei, como na Resolução do CNE/CEB nº 7, que traz em seu artigo 31 o seguinte texto:

> Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes (CNE/CEB, 2010, p. 9).

Por outro lado, conforme previsto na Lei, alguns estados buscaram regulamentar como seria a aplicação da Lei nas Escolas da Educação Básica. No

Estado de São Paulo, a qual pertenço, encontramos um relevante avanço para a área de Educação Física quando define sobre o profissional que deve ministrar as aulas de EF nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A Resolução Estadual 184/2002 determina que somente os profissionais habilitados com licenciatura plena e específica em EF ministrem aulas nos anos do Ensino Fundamental em todas as escolas Estaduais, determina também que o professor regente da sala deve acompanhar o especialista nas aulas e, na ausência do especialista o regente deverá ministrar as aulas, por fim, também especifica a quantidade de duas aulas semanais (SÃO PAULO, 2002).

Esta regulamentação, em nível estadual, é proveniente de vários estudos na literatura apontando a importância do professor especialista ministrar essas atividades (DARIDO, 2001; PRADO JR., 2001) devido à falta de formação específica do professor Polivalente em seu curso de formação em Pedagogia como nos alerta Fiorio e Lyra (2012).

Porém, como fica a aplicação da Lei e as modificações de resoluções em nível Estadual em Escolas Municipais? Nosso estudo focará exatamente esta problemática buscando entender como Municípios próximos geograficamente dentro do Estado de São Paulo interpretam e aplicam a legislação da obrigatoriedade das aulas de Educação Física nos anos Iniciais.

A implementação do profissional especialista nos anos iniciais do Ensino Fundamental em instituições de Ensino Municipais fica a cargo da administração pública. Isso causa uma série de divergências entre os municípios, pois alguns se baseiam na LDB, e outros acatam a resolução estadual. No estudo de Freires et al. (2022), os autores nos apresentam que existe uma diversidade de interpretações da Legislação, não somente de quem ministra a aula, mas também, em relação à quantidade de aulas de Educação Física que foram inseridas no currículo da Educação Básica. Assim, encontramos municípios com o professor especialista com as duas atribuídas, há municípios com o especialista com somente uma aula atribuída e há municípios sem o especialista. Dessa forma, com esta diversidade, podemos imaginar que os objetivos colocados para área, por exemplo na BNCC, podem não estar sendo atingidos devido à estas diferentes realidades.

Tal discrepância poderia ser resolvida em nível da legislação federal, se além da obrigatoriedade das aulas de Educação Física definisse quem deveria ser o responsável pela disciplina, número de aulas, entre outras determinações. Desta forma, facilitaria desenvolver os conteúdos e atingir os objetivos previstos para a área, garantindo o estudo e as vivências corporais dos alunos no contexto escolar (PRADO Jr., 2001). Porém, esta situação pode ser explicada quando adotamos como referencial teórico a Teoria Biecológica de Desenvolvimento Humano (TBDH) proposta por Bronfenbrenner (1996), onde o autor enfatiza que para analisar o que o ocorre com a criança em desenvolvimento, por exemplo, na escola, teremos que descrever as características do ambiente e das relações que nele ocorrem (Microssistema), além de compreender todas as interferências que podem ocorrer de outros ambientes vivenciados pela criança como casa, amigos (Messosistema), bem como de deliberações que ocorrem em outros ambientes em que a pessoa não participa ativamente, como nas decisões da direção da escola (Exossistema) e da aprovação e implantação das legislações vigentes a partir dos órgãos federais e secretárias de Estados e Munícipios (Macrossistema).

Tomando como referência da TBDH, buscaremos entender como está estruturada, dentro do contexto escolar a área de Educação Física, frente à realidade de três diferentes cidades. O axioma principal da TBDH parte do pressuposto que cada ambiente vivenciado pela criança em desenvolvimento influencia positiva ou negativamente no seu processo de desenvolvimento. Em nosso estudo, buscaremos identificar a visão dos dirigentes municipais de educação e da direção de unidades de ensino sobre como ocorreu a implantação das aulas de Educação Física em escolas municipaise como está atualmente.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa foi verificar e analisar como ocorreu a implementação do professor especialista de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental em Escolas Municipais em três cidades do interior do Estado de São Paulo, a partir da visão dos dirigentes em nível municipal e dos diretores das escolas de cada Município, sob a luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

3.2 Objetivo específico

O objetivo específico da pesquisa foi:

1. Verificar e comparar as diferenças quanto à implementação do especialista de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental, em 3 cidades do interior paulista.

4. REVISÃO DA LITERATURA

4.1 O componente curricular Educação Física, a Legislação e a sua legitimação.

A educação no Brasil só começou a ser repensa na década de 1920, depois da Primeira Guerra Mundial, mas, somente em 1961 surgiu à primeira LDB (Lei 4.024) que trazia em seu artigo 22 o seguinte texto: “Será obrigatória à prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos”. Com a instauração do regime militar a LDB sofreu alterações significativas, dando origem assim a Lei nº 5.540/68 e a Lei nº 5.692/71, que mantiveram a obrigatoriedade da Educação Física.

Atualmente temos a Lei 9.394/96 (LDB) que está em vigor, e traz em seu artigo 26, inciso terceiro a seguinte redação:

> § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

> I – Que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
> II – Maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
> III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
> IV – Amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
> V – (VETADO)(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
> VI – Que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003) (BRASIL, 1996)

Infelizmente, podemos notar vestígios do passado que ainda embasam a educação no nosso país, visto que embora inicia dizendo da obrigatoriedade, que deveria ser para todos, logo a seguir deixa facultativo a um grupo de pessoas. Bracht (2019 p.25) faz referência a EF: “Mesmo as tentativas de atualização e ressignificação parecem ainda não ter muito sucesso”, retrocedendo os dizeres dos PCN’S e da BNCC e, contradizendo a obrigatoriedade que a própria LDB impõem.

Temos também, uma resolução do Conselho Nacional de Educação que traz em seu texto, no artigo 31 o seguinte texto:

> Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes (CNE/CEB, 2010, p. 9)

Por outro lado, temos a Resolução Estadual 184 publicana no ano de 2002, que traz em seu artigo primeiro a seguinte redação:

> “As aulas de Educação Artística e de Educação Física previstas na matriz curricular do ciclo I das escolas estaduais com carga horária semanal de 25 horas serão desenvolvidas, em todas as séries, por professor portador de licenciatura plena específica na respectiva disciplina e na conformidade do contido na presente resolução” (BRASIL, SÃO PAULO, 2002).

E ainda, em seu artigo quarto: “As aulas atribuídas ao professor especialista deverão compor, obrigatoriamente, o horário regular de funcionamento da classe”, em municípios, como no caso de Lençóis Paulista, as aulas de Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental são no período contrário do horário regular da classe. Portanto vemos um avanço em favor do especialista nas resoluções estaduais que desde a LDB de 1996, já previa.

Encontramos também, a Lei 9.696/98, que dá origem aos conselhos regionais de EF chamados de CREFs, e ao conselho federal de EF chamado CONFEF, determinando quais profissionais têm o direito de atuar na profissão. Essa norma, traz em seu artigo primeiro o seguinte texto:

> "O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física." (BRASIL, 1998)

Diante disso, fica assegurado, somente a atuação, na área de EF, de profissionais devidamente registrados nos CREFs de suas respectivas regiões. Ainda, no seu artigo segundo, a Lei determina quais profissionais poderão se registrar no conselho.

> "Art. 2º - Apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:
> I – Os possuidores de diploma obtido em curso superior de Educação Física oficialmente autorizado ou reconhecido pelo Ministério da Educação;
> II - Os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;
> III - os que tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física até a data de início da vigência desta Lei, nos termos estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF);
> IV - Os egressos de cursos superiores de Tecnologia conexos à Educação Física, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação, cujos eixos tecnológicos sejam direcionados às áreas de conhecimento abrangidas por esta Lei, conforme regulamentado pelo CONFEF." (BRASIL, 1998)

Mesmo com todas essas determinações, Leis e Resoluções a Educação Física Escolar se consolidou na teoria, mas, na prática, ainda enfrenta muitos problemas, como destaca Freire (2009):

> "Mesmo com esse avanço e outros aparatos legais, a Educação Física ainda não conseguiu se consolidar na Educação como" [...] uma atividade imprescindível à formação dos cidadãos. Talvez porque se esse amparo por um lado garantiu sua existência legal, por outro não garantiu seu papel educacional" (FREIRE, 2009, p.187).

Temos autores também que citam a legitimação da EF, como Souza Jr. (2004):

> "Pensamos que a construção da legitimidade da Educação Física no currículo escolar deve ir além de uma simples busca pelo reconhecimento como disciplina, seja ele expresso nas leis ou nas diferentes posturas dos sujeitos da sociedade civil e política."(SOUZA JR, 2004, p. 211)

Embora, com as legislações tenhamos a obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular, Impolcetto e Darido (2020) colocam que a EF é a única disciplina que permite a dispensa de alunos que se encaixam nas determinações da LDB e que ainda sua implementação não ocorre de forma homogênia nos Estados e Municípios. Ou seja, temos ainda que diariamente lutar pelo seu espaço como disciplina indispensável à formação do aluno.

Considerando o mundo capitalista onde vivemos, a EF surgiu na esfera escolar com objetivo de preparar fisicamente os indivíduos para trabalhos braçais que surgiram em grande demanda com o aumento das indústrias em nosso país.

Soares, Taffarel, Varjal, Castellani Filho, Escobar, Bracht, no livro Metodologia do Ensino de Educação Física, fazem referência à relação da Educação numa perspectiva capitalista e analisam as classes sociais neste processo, em que parece existir diferenças na abordagem de ensino. Temos a classe trabalhadora, que busca condições dignas de existência e, temos a classe proprietária que luta para se manter no comando da sociedade, sendo assim, Soares et al:

> "Como se vê, os interesses de classe são diferentes e antagônicos. Portanto, não se pode entender que a sociedade capitalista seja aquela onde os indivíduos buscam objetivos comuns, nem tampouco que a conquista desses objetivos depende do esforço e do mérito de cada indivíduo isolado." (SOARES et al, 2009, p. 19)

Nesse cenário, a EF como componente curricular surgiu da idealização da classe dominante para a preparação da classe trabalhadora para o mercado de trabalho que vinha se expandindo. Com o acesso das classes mais baixas à educação, a classe dominante aproveitou o momento e inseriu a EF com o objetivo de preparar seus futuros operários para a demanda de suas indústrias.

Com o objetivo estritamente de preparação física, a EF não possuía objetivos pedagógicos, contextualizações e diferentes metodologias, o movimento tinha o fim em si mesmo, não considerando a diversidade existente em uma sociedade. Aqueles que conseguiam realizar as atividades com excelência e desenvolver o físico se destacavam, os que não, eram excluídos.

No decorrer da história, os objetivos educacionais foram sofrendo transformações, que provinham das mudanças na sociedade, e com isso, os objetivos não atendiam mais às necessidades das classes, gerando assim uma

“crise pedagógica”. Segundo Soares et al (2009, p. 29) “… uma pedagogia entra em crise quando suas explicações sobre a prática social já não mais convencem aos sujeitos das diferentes classes e não correspondem aos seus interesses.”

Frente a isso, os objetivos das EF não atendiam mais às necessidades da sociedade, com isso, surgiram as abordagens pedagógicas da educação física, que segundo Azevedo e Shigunov:

> “As Abordagens Pedagógicas da Educação Física podem ser definidas como movimentos engajados na renovação teórico-prático com o objetivo de estruturação do campo de conhecimentos que são específicos da Educação Física.” (AZEVEDO E SHIGUNOV, 2000, p.1).

A partir do surgimento dessas abordagens, a EF passa a se ressignificar, tendo objetivos pedagógicos e metodologias diferentes baseados na Cultura Corporal de Movimento, abrangendo: jogos, brincadeiras, esportes, danças e lutas, do nosso país e de outras culturas. Com o surgimento dessas abordagens, o conceito da EF mudou, porém, com sua raiz sem bases pedagógicas objetivando somente o físico, ainda encontramos divergências, brechas e facultatividades na legislação que rege a educação brasileira.

Assim, podemos concluir que a legitimação da EF ainda não se consolidou, pelo tratamento diferenciado em relação a outras disciplinas, e a falta de interesse político, de partidos e governos, nos ensinamentos que a EF abrange e, de objetivos capitalistas da disciplina. Podemos assim dizer como MOURA (2012), que determinadas disciplinas se fazem presentes no currículo escolar pelas pressões sociais que fazem ou sofrem, e não pela legitimidade do seu campo científico.

Ainda sobre essas pressões Hess e Toledo afirmam,

> “Pressões essas que, estão influenciadas (direta ou indiretamente) pelas proposições e coações políticas (e por vezes político partidárias), que muitas vezes se sobressaem aos aspectos pedagógicos, processuais e éticos” (HESS e TOLEDO, 2016, p.175).

Assim podemos concluir que a decisão de ter ou não o especialista de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental é basicamente uma decisão política, amparada pela LDB que não especifica qual profissional deve ministrar a aula, deixando assim aberto a diferentes interpretações.

4.2 A importância da Educação Física

A Educação Física é componente curricular obrigatório, porém, temos municípios no estado de São Paulo que ainda não possuem o especialista atuando nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A Educação Física já se provou uma disciplina indispensável na formação do aluno, segundo Rodrigues (2000) por abordar várias habilidades tanto motoras quanto sociais, mas, ainda não alcançou a sua legitimação dentro do ambiente escolar. Uma das razões para isso, é devido à sua origem, que tinha por objetivo principal a atividade física e o desenvolvimento do físico, sem fundamentações pedagógicas.

Hoje isso mudou, sabemos que o brincar é essencial no desenvolvimento motor e cognitivo das crianças, segundo Gallahue (2003), desenvolvimento é um processo contínuo que se inicia na concepção e cessa ao morrermos. O meio onde o indivíduo vive tem um papel fundamental para seu desenvolvimento, segundo Fonseca (1988, p. 25) “Cada aquisição influência na anterior, tanto no domínio mental como no motor, através da experiência e troca com o meio”.

Sendo assim, o ambiente escolar é imprescindível no desenvolvimento da criança, dando a EF um papel importantíssimo tanto no quesito motor quanto no quesito cognitivo. Ferreira Neto (2009, p. 78) diz que: “A importância da Educação Física nos anos iniciais é *incontestável* devido ao aumento de crianças sedentárias e a diminuição da prática de atividades com movimentos e lúdicas” (destaque nosso).

Partindo do ponto, onde as crianças sofrem uma grande mudança na vida escolar (a transição do ensino infantil para o ensino fundamental), na maioria das escolas são muito bruscas, deixando as crianças sentadas na maioria ou totalidade do tempo. Para a criança em pleno desenvolvimento motor, cognitivo e social, isso se torna insuportável, pois, o brincar, movimentar e interagir são necessários ao seu desenvolvimento, e a criança nesta idade segue os seus instintos que as levam ao aprimoramento.

Portanto, a instituição escolar que diminui, menospreza e não incentiva essas experiências, não está contribuindo para um desenvolvimento pleno e integral das crianças, como a maioria dos documentos oficiais preveem. Segundo o autor Ronca:

> “O movimento lúdico, simultaneamente, torna-se fonte prazerosa de conhecimento, pois nele a criança constrói classificações, elabora sequências lógicas, desenvolve o psicomotor e a afetividade e amplia conceitos das várias áreas da ciência” (RONCA, 2001, p. 27).

Tornar a transição da educação infantil para o ensino fundamental prazerosa e satisfatória para a criança é fundamental para um bom desenvolvimento no decorrer dos anos que virão, gradualmente ela se adapta à nova realidade de escola e se desenvolverá a partir das experiências que forem vividas nesse ambiente. Sendo assim, no 1º e 2º ano do ensino fundamental a criança deve ter vários momentos lúdicos, direcionados e livres, a fim de desenvolver-se, construir seu conhecimento, reconhecer seu papel na sociedade e desenvolver sua criatividade buscando a resolução dos problemas que surgem no decorrer das brincadeiras.

Para o 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental a brincadeira dá lugar para os jogos pedagógicos, que têm a mesma importância do brincar. Nessa fase do desenvolvimento a criança consegue seguir regras, criá-las, recriá-las e adaptá-las de acordo com suas necessidades. Segundo Silva:

> “Planejar o jogo pedagógico e incluí-lo na rotina semanal são estratégias necessárias para conhecer suas instruções, quais as áreas que aborda e que favorecem a aprendizagem e/ou o aprofundamento de conceitos, as habilidades e quais procedimentos poderão ser desenvolvidos por meio do jogo.” (SILVA, 2015, p. 275)

O jogo é uma ferramenta indispensável para a prática pedagógica do professor, através dele a criança sai da rotina, estabelece relações, cumpri regras, aprende a respeitar e ser respeitada, tudo isso irá refletir na sua vida em sociedade. O autor Huizinga conceitua o jogo como:

> “O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana”. (HUIZINGA, 2017, p. 33).

Dentro desse conceito o autor ainda cita algumas características do jogo:

> “Uma atividade livre, conscientemente tomada como ‘não – séria’ e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo certa ordem e certas regras”. (HUIZINGA, 2017, p. 16).

Dessa forma o professor que utiliza o jogo como ferramenta pedagógica proporciona uma experiência muito rica em aprendizagem e construção de conhecimento. De acordo com Silva et al. (2012, p.149) “nesse emaranhado de possibilidades, percebemos a escola como um espaço essencial para oferecer às crianças a oportunidade de vivenciar o jogo e desfrutar seus ensinamentos.”

Como já comprovado, o jogo vai além de uma atividade com o fim em si mesmo, ele proporciona momentos de prazer e aprendizagem, por sua característica de atividade “livre” em que as crianças não se sentem obrigadas a fazer, ele gera uma situação prazerosa e compartilhada. Para Soares et al:

> “O jogo (brincar e jogar são sinônimos em diversas línguas) é uma invenção do homem, um ato em que sua intencionalidade e curiosidade resultam num processo criativo para modificar, imaginariamente, a realidade e o presente” (SOARES et al, 2009, p. 130)

No entanto, mesmo com todos os benefícios da ludicidade trazida pelos jogos e brincadeiras, a escola ainda se faz resistente a essa metodologia, segundo Silva et al:

> “A ludicidade confronta-se com os valores cultivados pela cultura da seriedade e da rigidez. Esta cultura impossibilita os sujeitos compreenderem o quanto o jogo é importante na esfera da vida, [...] O jogo atribui elementos como o riso, a piada, o entusiasmo e a descontração que, de acordo com tal cultura, contradizem o espírito de produtividade que se instala progressivamente. (SILVA et al, 2012, p. 3).

Ao jogar/ brincar a criança tem a possibilidade de se transportar para um mundo único, criado por ela e compartilhado com as demais crianças, muitas vezes esse mundo é criado para amenizar a dura realidade em que ela se encontra. Uma escola com uma nova perspectiva de ensino deveria ser aquela que proporciona esses momentos às crianças, e não a que os poda. Ainda segundo Silva et al (2012, p. 4) “A criança ao jogar liberta-se de um mundo que não lhe é próprio, o mundo dos adultos e constrói seu próprio mundo pela imaginação, fantasia e prazer do brincar.”

Com isso, ao se transportar para um mundo criado por elas, (e não imposto pelos adultos), a criança se liberta, e se sente livre para aprender e se desenvolver. Um mundo onde as regras não são simplesmente impostas, pelo contrário, são construídas, entendidas e modificadas de acordo com a necessidade da criança durante o jogo/brincadeira. Assim, as regras são a parte essencial do jogo, e a característica lúdica não anula o fato de terem que segui-las. De acordo com isso,

podemos citar Silva et al (2012, p.4) “Isso significa que o caráter libertador do jogo não anula, mas imbrica-se com delimitações de regras, sejam espaciais, temporais ou comportamentais, agregando, assim, a libertação e a disciplina, concomitantemente.”

Diante de todos os benefícios que os jogos e brincadeiras trazem ao ambiente escolar, a Educação Física está em uma posição privilegiada, pois, pode transportar a criança para esse mundo de ludicidade, sem deixar de ter fundamentação pedagógica. Para Branco:

> “Os conteúdos desta disciplina são específicos e não se pode deixar que se atropelem, as habilidades motoras precisam ser bem desenvolvidas e trabalhadas de forma que haja aprendizagem por parte do aluno. Relacionar seus contextos e dinamizar as aulas com relação a outros conteúdos e outras disciplinas propõe ao aluno uma ligação do que já aprendeu, questionando sua margem de conhecimento. (BRANCO, 2012, p. 10)

Podemos com esta disciplina desenvolver as habilidades motoras e também as sociais, preparando o aluno para a vida em sociedade, incentivando a criatividade e a resolução de problemas. Para Betti e Zuliani:

> “A Educação Física enquanto componente curricular da Educação básica deve assumir então uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida.” (BETTI, ZULIANI, 2002, p. 75).

O conceito de cultura corporal de movimento citado acima, é o norteador dos conteúdos da EF hoje. Para podermos falar um pouco sobre ele, vamos definir primeiramente o que é cultura. Segundo Tylor (1871, pg. 31) a cultura é definida como: “o complexo no qual estão incluídos conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade."

A Cultura Corporal de Movimento é definida por Melo e Costa como:

> “a junção dos conhecimentos e representações, transformadas ao longo do tempo, das práticas corporais que adotam um caráter tanto utilitário, se relacionando diretamente à realidade objetiva com suas exigências de sobrevivência, adaptação ao meio, produção de bens, resolução de problemas, sendo conceitualmente mais próximas ao trabalho; quanto lúdico, realizadas com fim em si mesmas, por prazer

> e divertimento, e de certo modo diferenciada do trabalho." (MELO, COSTA, 2011, p. 79).

Portanto, os conteúdos eleitos pela BNCC para a disciplina de EF fazem parte da cultura corporal de movimento, abrangendo jogos, brincadeiras, danças, lutas e ginástica, tanto da comunidade local quanto da regional, nacional e do exterior, sem esquecermos das culturas afro-brasileiras e indígenas. Com isso, todos os itens descritos acima devem estar presentes nas aulas de EF, tornando a aula muito mais complexa, significativa e relevante na formação do aluno.

Os conteúdos dessa disciplina devem ser organizados e sequenciados, de maneira que o aluno possa aprimorar suas habilidades e adquirir novas. Dentre essas habilidades estão as motoras, como por exemplo, correr, saltar, arremessar, pular, chutar, pegar, etc., e também as sociais como, respeitar regras, compreendê-las, ver o oponente como adversário e não como inimigo, respeitar as diferenças e individualidades, compreender que cada ser humano é único e que são as diferenças que nos tornam capazes de evoluir.

Para atingir o desenvolvimento dessas habilidades e competências, a aula de EF deve ser ministrada por um profissional capacitado, que vai traçar objetivos e metodológicas para que a criança se desenvolva plenamente.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, fica com o professor de Educação Física:

> "[...] a responsabilidade de organizar e sistematizar o conhecimento sobre as práticas corporais, o que possibilita a comunicação e o diálogo com as diferentes culturas. No processo pedagógico, o senso de investigação e de pesquisa pode transformar as aulas de Educação Física e ampliar o conjunto de conhecimentos que não se esgotam nos conteúdos, nas metodologias, nas práticas e nas reflexões" (BRASIL, 2008, p. 72).

Frente a isso, a presença do especialista nos anos iniciais do Ensino Fundamental é imprescindível, pois, nessa fase a criança forma sua base de experiências e conhecimentos para desenvolvê-los no decorrer dos anos que virão.

No entanto, o profissional de Educação Física ainda não tem o espaço que merece dentro dos anos iniciais do ensino fundamental. Podemos comprovar isso através da sua ausência em determinados municípios do estado de São Paulo, e também da negligência com que a disciplina é tratada no meio educacional. Para

Mattos e Neira (1999, p. 70) o professor é “um especialista em interação, a ele cabe optar pela condução mais adequada do seu trabalho”. Para que isso aconteça, Neira (2002) ressalta que o professor precisa ter domínio do conhecimento para poder ter uma boa conduta do seu trabalho e não se tornar relapso e desmotivado ao ensinar.

Essa falta de domínio do conteúdo é o que leva a maioria dos professores generalistas a negligenciar a Educação Física Escolar quando são responsáveis pela aula. Na maioria das vezes, não se sentem seguros para aplicar o conteúdo previsto, ou não sabem exatamente do que se trata, minimizando as aulas apenas a momentos “livres”, ou em “rola bola”. Por isso, o professor especializado é de extrema importância, ele terá toda a preparação e domínio do conteúdo para proporcionar aos alunos aulas de Educação Física satisfatórias, e que contribuíram consideravelmente para formação deles.

4.3 A importância do especialista de Educação Física nos anos iniciais

Está claro, para todos que pertencem ou têm algum interesse na área educacional, que a concepção de educação vem se transformando ao longo do tempo, e para a Educação Física não é diferente. Passamos por várias concepções, até chegarmos na que hoje norteia a EF, que é denominada como Cultura Corporal de Movimento. Silva et al. (2012) defendem que a partir dessa nova concepção as aulas de EF devem ir além dos esportes, envolvendo também ginásticas, danças e lutas para que a disciplina possa cumprir seu papel e contribuir para a formação do aluno.

Oliveira e Daolio (2015) afirmam que há muitas divergências na importância da EF nessa fase do ensino e na prática pedagógica dos docentes. Muitas vezes, o conhecimento não é trabalhado significativamente, contribuindo para a desvalorização da disciplina. Isso, deriva do fato do professor não ter tido contato com a disciplina em sua formação inicial ou, por falta de comprometimento, ou ainda por falta de ser cobrado dos conteúdos dessas disciplinas.

Sabemos, que a EF vai muito além dos saberes técnicos, ela também abrange os saberes sociais, como por exemplo, inclusão, diversidade, ganhar, perder, participar, respeitar entre outros. Freires et al diz:

> “Sendo assim, é de suma relevância que a disciplina de Educação Física, assim como todas as outras, mereça uma atenção especial por parte dos professores, pois assim como é importante que a mente seja trabalhada, torna-se relevante que o corpo acompanhe tal sintonia, para que assim o aluno seja contemplado em sua totalidade a fim de haver equilíbrio entre mente e corpo” (FREIRES et al, 2022, p. 3)

Partindo desse princípio, verificamos que os professores generalistas não têm o conhecimento necessário para ministrar essa disciplina que abrange uma enorme gama de conhecimento, e sabemos que nem sempre as aulas de EF são assumidas por um especialista, assim Freires et al (2022) afirma “Com isso, tem-se uma ruptura entre o que é proposto e o que realmente acontece no âmbito escolar, já que se está fazendo referências a profissionais com competências divergentes.” Fiora e Lyra também nos trazem a importância de se ter um especialista atuando com saberes inerentes a EF.

> “Inegavelmente, essa nova dimensão a que se almeja para a Educação Física no âmbito escolar, passa necessariamente, pela intensa preparação dos professores que com ela irão trabalhar e pela relação que estes irão estabelecer com seus saberes particulares.” (FIORO e LYRA, 2012, p.3)

Podemos também citar Oliveira e Daiolo, que trazem especificações das aulas de EF, que somente o especialista poderia ter domínio, e critica as “aulas livres”.

> “Assim, acreditamos que não é desejável que o professor limite sua prática pedagógica a proposições mínimas ou abdique de compartilhar conhecimento de forma mais efusiva, na premissa de que seja dada mais liberdade ao aluno. Advogar maior liberdade aos alunos nas aulas não se restringe a deixá-los livres para desempenhar o que desejam, pelo contrário: “As iniciativas tomadas pelo professor tornam-se condições da própria liberdade da criança [educando].” (OLIVEIRA; DAIOLO, 2014, p. 252)

A pesquisa de Fioro e Lyra (2012), desenvolvida com 15 professores, pedagogos, que atuam na rede estadual de educação de Bento Gonçalves, e ministram aulas de EF nos trazem os seguintes dados: 93% dos entrevistados acham que o especialista deveria ministrar as aulas de EF; 73% dos entrevistados, não se sentem seguros para ministrar aulas de EF, pois, não tiveram formação suficiente.

Sabemos, que nos anos iniciais do ensino fundamental a criança está em pleno desenvolvimento, tanto cognitivo, psíquico, quanto social, os estímulos que ela receberá nesse momento influenciará no seu processo de maturação e crescimento,

a escola, além da família, tem um papel essencial nesse processo. Diante de todos esses acontecimentos, cabe ao professor considerar toda a diversidade na hora de redigir seu plano de aula, contemplando todas as habilidades necessárias para que o aluno evolua.

Fiorio e Lyra (2012) traz a afirmativa de que o profissional especializado é de suma importância para o desenvolvimento dos alunos, pois eles têm a técnica necessária para estimular as habilidades dentro da disciplina.

Também citamos os autores Corrêa e Moro que enfatizam:

> "[...] para desempenhar o papel de professor deve-se possuir um conhecimento pedagógico experienciado, para poder responder a questões como: o que ensinar, a quem ensinar, como ensinar e por que ensinar determinado conhecimento. Assim, a profissão de professor ou educador é aquela que possui um saber técnico de sua área e o transforma em saber escolar com a finalidade de promover o crescimento do aluno" (CORRÊA, MORO, 2004, p.96)

Observando o conceito de Educação Integral, temos que pensar que o aluno não é só uma mente, mas também um corpo, e que ambos se desenvolvem juntos. Expondo Freires et al, sobre a totalidade do aluno:

> "Sendo assim, é de suma relevância que a disciplina de Educação Física, assim como todas as outras, mereça uma atenção especial por parte dos professores, pois assim como é importante que a mente seja trabalhada, torna-se relevante que o corpo acompanhe tal sintonia, para que assim o aluno seja contemplado em sua totalidade a fim de haver equilíbrio entre mente e corpo." (FREIRES et al, 2022, p.3)

Então, o fato de a escola enfatizar somente o desenvolvimento da mente acarreta muitos prejuízos na formação do aluno. Podemos citar a Freire,

> "nessa fase, ação física e ação mental estão de tal forma associadas, que examinar um desses aspectos isoladamente causaria graves prejuízos, não só para a aprendizagem escolar, mas para todo o desenvolvimento da criança" (FREIRE, 1991, p.78)

Freire, também não traz o conceito da criança enxergar a vida através do movimento, do corpo.

> "para essas crianças tudo se reduz ao concreto, daí a denominação operatório-concreto, dada por Piaget ao período que coincide com a escola primária, ou seja, um momento da vida em que esta é 'vista' pelo corpo" (FREIRE, 1989, p. 134).

Portanto podemos concluir que a presença do especialista para ministrar a disciplina Educação Física nos anos iniciais é indispensável, pois somente ele terá o aparato técnico para desenvolver tanto as habilidades motoras quantos as sociais e promover uma aprendizagem e desenvolvimento significativo do aluno, tanto para o seu corpo, quanto para sua mente.

4.4 A implementação do especialista nos anos iniciais

Mesmo, a EF sendo um componente curricular obrigatório, ainda encontramos realidades onde essa disciplina é, simplesmente, negligenciada no ambiente escolar. Em muitas realidades, onde o especialista não atua, encontramos a EF como recreação, onde o professor polivalente deixa a aula "livre" para as atividades preferidas das crianças, como podemos comprovar com a pesquisa realizada em Santo André, São Paulo por Pereira, Piccolo e Santos

> "Em nove das escolas participantes, catorze docentes declararam permitir a "recreação" livre dos alunos, ou seja, não propõem atividades dirigidas, apenas deixam as crianças brincarem livremente." (PEREIRA, PICCOLO e SANTOS, 2009, p.346)

Ainda, na mesma pesquisa, há relatos de professores polivalentes, responsáveis por ministrar as aulas de EF, que alegam ministrar aulas da disciplina somente quando "sobra tempo"

> "14 docentes (Escolas 8, 10, 12, 16, 18, 20, 21, 25 e 28) relataram a falta de sistematização e conhecimento para aplicarem aulas de Educação Física, por não possuírem formação específica na área. Na justificativa para essa resposta, os docentes apontaram: a não-realização de um trabalho efetivo, com aulas realizadas apenas quando ***sobra tempo***" (PEREIRA; PICCOLO; SANTOS, 2009, p.348) (grifo nosso)

Dessa forma, a legislação citada no item 3.1 desta pesquisa, onde mostra a obrigatoriedade da disciplina, não é cumprida, faltando com o direito do aluno, em ter esse componente curricular, ter suas habilidades motoras, sociais e qualidade de vida melhores desenvolvidas, e também faltando com o respeito ao componente curricular e aos seus profissionais. Assim, podemos observar a desvalorização da EF no ambiente escolar, mesmo tendo sua presença garantida por lei, na realidade das intuições escolares é isso que presenciamos.

González (2020) identifica uma prática como essa como o "rola a bola", onde ocorre total desinvestimento pedagógico, ou seja, o professor quer seja o polivalente

ou mesmo o professor especialista abre mão da organização e aplicação de atividades conforme previsto nos objetivos educacionais e deixa seus alunos fazerem o que quiser. Na visão do autor esta prática impede a possibilidade de aplicar no contexto escolar prática pedagógicas inovadoras que faz com que a cultura corporal esteja realmente inserida na formação dos escolares e no desenvolvimento da cultura corporal.

Infelizmente, não é uma realidade isolada, como podemos confirmar com a pesquisa de Sousa et al realizada no Rio de Janeiro

> "Acreditamos que, nesse caso, a presença de professores especialistas pode ter influência nesses resultados, posto que em ***escolas que não dispõem desses professores as aulas de EF, quando são ministradas, não acontecem de forma sistematizada/organizada, fica o professor polivalente com a liberdade de definir o número de aulas por semana, bem como sua duração***" (SOUSA et al, 2016, p. 376-383) (grifo nosso)

Portanto, podemos constatar que a legislação não é cumprida, onde não existe a atuação do especialista em EF, deixando, esse componente curricular obrigatório, de lado na formação da criança. Componente este, que os professores polivalentes regentes da sala reconhecem a importância, mas, não se sentem confortáveis em aplicá-lo, seja por falta de conhecimento ou por medo de lesões durante as aulas.

Podemos confirmar isso com a pesquisa de Hernandes-Garcia, onde professores polivalentes dissertam sobre a importância da EF para formação da criança:

> "Foram-nos apresentadas treze respostas que indicam o conhecimento do amplo papel do referido componente, representando 50% dos docentes (P1, P4, P9, P11, P12, P16, P19, P22, P23, E1, E2 e E3). Como exemplo, destacamos justificativas de alguns deles: P1: "Atividade física e motora ajuda na qualidade de vida, o que implica TB na melhoria dos aprendizados de forma geral". P12: "Sim, como componente, inclusive, essencial. No desenvolvimento socioemocional, respeito as regras, colaborativo, autoconhecimento, consciência corporal entre 'muito' outros." P23: "No desenvolvimento integral do ser humano como: emocional, social, qualidade de vida, etc. "(HERNANDES-GARCIA, 2023, p. 77)

Outro ponto importante, que observamos com as pesquisas, é que onde existe a atuação do especialista a disciplina é mais valorizada, o profissional é mais valorizado e a EF acontece efetivamente, com a carga horária semanal correta e conteúdo que realmente desenvolveram as habilidades motoras e sociais dos

alunos, proporcionando assim, uma formação completa. Podemos confirmar isso com o trabalho de Freires *et al*

> "O que se conseguiu como conclusão foi que o professor de Educação Física é extremamente importante nas aulas dos anos iniciais como mediador do processo de aprendizagem do estudante. Não se buscou menosprezar a importância do professor pedagogo, mas se buscou questionar sobre as possíveis despreparações do mesmo para assumir as aulas de Educação Física, pois qualquer prática de atividade física precisa ser bem direcionada e avaliada para evitar danos à postura corporal e psíquica do estudante" (FREIRES et al, 2022 p. 12)

Sabemos que, a implementação do especialista em EF é um fato que permeia por décadas no Brasil, temos muitos autores que confirmam a importância desse componente curricular e de seu profissional, entre eles estão: Prado Júnior (2001), Contreira e Krug (2010), Lourenço (2011), Jardim *et al*. (2014), Souza *et al*. (2019), Vieira *et al*. (2020) e Freires *et al*. (2022). Mesmo assim, a EF ainda não está consolidada no meio escolar, como a pesquisa recente de Freires*et al,* que foi realizada em 2022 nos demonstra.

Frente a isso, podemos dizer que a implementação está longe de ser o ideal, e a EF ainda não está colocada no mesmo patamar que as demais disciplinas escolares. Esse fato, poderia ser mudado com a atuação efetiva do especialista nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental, e a vivência real dos benefícios trazidos aos alunos com sua prática.

4.5 A Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano (TBDH)

O foco do presente estudo é a análise de como ocorreu a implementação do professor especialista em Educação Física nos anos Iniciais do Ensino Fundamental em Escolas Municipais. Como abordado anteriormente, existiram, nos últimos anos, mudanças na legislação, porém, ficou a critério de cada Estado e Munícipio a responsabilidade de gerir as mudanças nos ambientes escolares sob sua supervisão. Mudanças estas que, segundo Bronfenbrenner (1996), ocorrem em nível de Macrossistema e que deveriam modificar os contextos ambientais imediatos dentro da escola. Porém, como nos relata Hernandes-Garcia (2023), este processo em alguns municípios depende da gestão política das prefeituras e secretários da

Educação e, em muitos casos, o que está na Lei ainda não está implementado na realidade das Escolas Municipais.

Ao entrar em contato com está constatação do estudo de Hernandes-Garcia (2023), reconheci que a TBDH seria um referencial importante para análise em três cidades diferentes. Assim, passaremos a seguir a apresentar o estudioso que propos este referencial, bem como os pressupostos teóricos da TBDH.

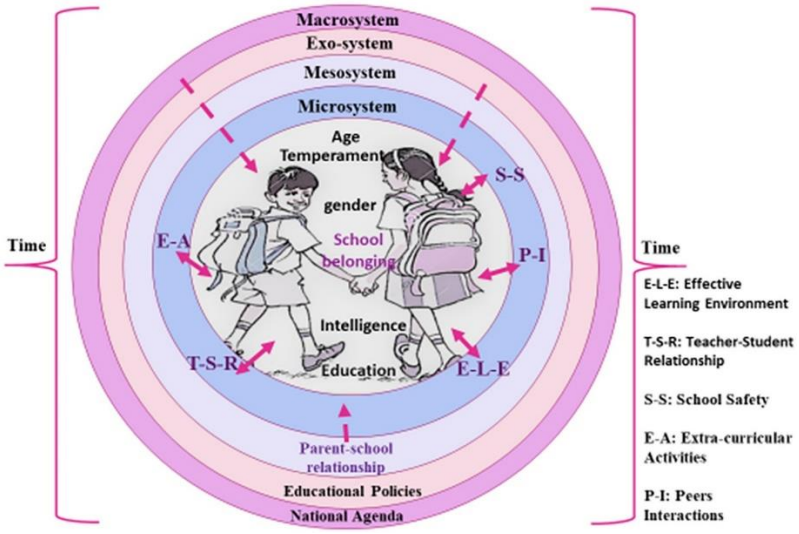
Urie Bronfenbrenner era um psicólogo americano nascido na Rússia em 1917, que posteriormente se mudou para os Estados Unidos. Bronfenbrenner se formou em psicologia e música pela Cornell University, depois cursou mestrado em Harvard e doutorado na University of Michigan. Em 1979, ele publicou uma obra chamada A ecologia do Desenvolvimento Humano, onde traz a relação do ambiente onde o indivíduo está inserido e as influências que este exerce sobre o mesmo (YUNES; JULIANO, 2010)

O principal gatilho para o desenvolvimento de seu estudo foi o fato de que as pesquisas de psicologia em laboratórios limitavam e/ou não reproduziam fielmente o ambiente em que o indivíduo vivia, não tendo assim as mesmas possibilidades de interações que o ambiente real oferece. A partir dessa crítica, Bronfenbrenner (1996) começou a realizar estudos de forma contextualizada e em ambientes naturais, na época já havia o conceito de que o ambiente influencia o desenvolvimento, mas, não foi dada a devida relevância nas influências ambientais sobre o desenvolvimento humano. Exemplificando com a temática da pesquisa que estamos desenvolvendo, seria como tirarmos os estudantes dos anos iniciais das escolas municipais onde é sua realidade e analisarmos seu comportamento em laboratório, por exemplo, em relação as habilidades motoras sem levar em consideração se existe profissional de Educação Física, quantas aulas semanais estão destinadas a esta área na escola, entre outros aspectos.

De acordo com Bhering e Sarkis (2009), a Teoria Ecológica de Bronfenbrenner privilegiava uma compreensão de desenvolvimento de forma contextualizada em ambientes naturais, visando apreender a realidade de forma mais abrangente. Com a reformulação da sua teoria ele passa a adotar uma compreensão de enfoque maior na relação do indivíduo com o ambiente e passa a abranger quatro aspectos

que se inter-relacionam na compreensão do desenvolvimento humano, são eles: o processo proximal, a pessoa, o contexto e o tempo. Tais mudanças no modelo podem ser observadas na Figura 2, proposto por Zaarati e Malouf (2022).

Figura 2- Mudanças propostas na TBDH



Fonte: Adaptado do estudo de Zaatari e Maalouf (2022).

O desenvolvimento humano ocorre com processos de interação mútuas gradualmente mais complexos. Esse processo de interação bilateral é chamado de processo proximal, Bronfenbrenner (1995) nos diz que, esse processo deve ocorrer de forma constante e ampla para ter efeitos no desenvolvimento, o que acontece somente no fim de semana ou é interrompido ou inconsistente não se caracteriza como processo proximal. Segundo as autoras Bhering e Sarkis:

> "A relação entre contexto, características da pessoa e processos proximais nos é pertinente na medida em que os contextos preparados para as crianças são vitais e as interações aí estabelecidas são determinantes." (BHERING, SARKIS, 2009, p. 09).

Sendo assim, pensando nas relações de interação a longo prazo, a escola tem um papel fundamental na vida da criança, pois ela passa grande parte do seu dia lá, semanalmente, criando um processo proximal muito estável e constante. Assim, a implantação de políticas educacionais que privilegiam todas as áreas de conhecimento, incluindo a Educação Física na escola em todos os níveis é decisiva para que esta área cumpra com os objetivos educacionais e participe efetivamente do desenvolvimento da criança (PRADO Jr., 2001).

Passando para o próximo aspecto do desenvolvimento humano temos a pessoa. Segundo Bronfenbrenner e Morris (1998), existem três características da pessoa que podem influenciar no desenvolvimento e que têm o poder de afetar os processos proximais no curso da vida. São elas as disposições, os recursos e as demandas. Bronfenbrenner (1993), aponta dois tipos de disposições: as disposições ativas, que são, por exemplo, a curiosidade, a iniciativa e a responsividade, e as características que dificultam o desenvolvimento, como por exemplo, a impulsividade, a distração e a timidez. Os recursos seriam as determinações biológicas, características pessoais inatas e as vivenciadas por estas durante o processo de vida. Já as demandas seriam o que é esperado que a crinçafaça em determinados momentos da vida que precisa ser estimulado no ambiente. Essas características pessoais, por si só, não determinam o processo de desenvolvimento, mas, o influenciam, pois os indivíduos responderam aos processos proximais de acordo com suas características pessoais e o ambiente que vivenciar.

O aspecto a seguir é o Contexto, que segundo Bronfenbrenner e Crouter (1983), é definido como evento ou condição de ocorra fora do organismo (pessoa) e possa influenciar ou ser influenciado pelo indivíduo em desenvolvimento.

> “contextos ambientais influenciam os processos proximais e os resultados desenvolvimentais não só em termos dos recursos que eles tornam disponíveis, mas também na medida em que eles fornecem a estabilidade e a consistência através do tempo que os processos proximais precisam para seu funcionamento efetivo” (BRONFENBRENNER; CROUTER, 1983, p. 23)

Na TBDH de Bronfenbrenner (1996), o conceito de ambiente é definido como um conjunto de sistemas que se relacionam. Essa teoria se baseia no fato que o desenvolvimento ocorre como resultado das interações entre as pessoas, e as circunstâncias que surgem dos vários ambientes mesmo que este não vivencia e da relação entre eles. Esses sistemas são classificados em quatro dimensões, o microssistema, o mesossistema, o exossistema e o macrossistema, a junção desses sistemas é definido por ele como Cronossistema.

O Microssistema é o ambiente direto em que o indivíduo está inserido e se relaciona diretamente, essas relações ocorrem face a face, e vão se tornando progressivamente mais complexas, exemplos de microssistema na vida da criança são a família, grupo de amigos, a escola e as disciplinas contidas na escola. Por

exemplo a Educação Física, que se diferencia das demais por ter atividades em salas e em outros espaços como a Quadra. Porém, precisamos lembrar que em muitas escolas não existe o espaço definido para as aulas de Educação Física, como nos relata Vitorino (2023) no seu estudo que aborda minha escola não tem quadra e, quando isto ocorre, interfere diretamente nas relações e conteúdo a serem desenvolvidos com a criança.

O Mesossistema se caracteriza pela interação de microssistema.

> "Um mesossistema se caracteriza pelas ligações e processos que acontecem entre dois ou mais ambientes que contêm a pessoa em desenvolvimento. Atenção especial é dada aos efeitos sinergéticos gerados pela interação das características e processos desenvolvimentalmenteinstigativos ou inibidores presentes em cada ambiente." (BRONFENBRENNER, 1993, p.22).

Podemos usar aqui um exemplo de mesossistema, a família e a escola. O indivíduo em desenvolvimento está presente nos dois microssistemas, que se relacionam com a participação da família na vida escolar da criança em desenvolvimento.

> "a capacidade de um ambiente – tal como a casa, a escola ou local de trabalho – de funcionar efetivamente como um contexto para o desenvolvimento é visto como dependente da existência e natureza das conexões sociais entre os ambientes, incluindo participação conjunta, comunicação, e a existência de informação em cada ambiente sobre o outro" (BRONFENBRENNER, 2005, p.52-53)

A entrada do indivíduo em um contexto ecológico, pode significar uma interação representada pelo mesossistema. Por isso, o ingresso da criança à creche ou escola é um acontecimento muito transformador, é quando os seus processos proximais se expandem e consequentemente o seu desenvolvimento.

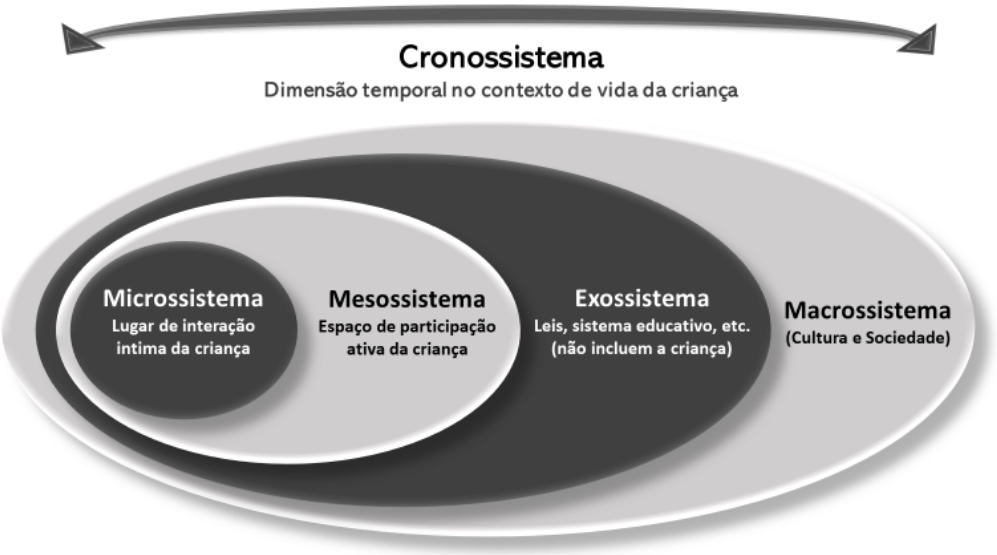
Bronfenbrenner nos traz mais dois contextos importantes, mas, não imediatos ao indivíduo, são eles: oexossistemas e o macrossistema.

O exossistema, segundo Bronfenbrenner (1996), é referente às relações e processos que ocorrem em dois ambientes ou mais, mas, em que um deles o indivíduo não está inserido. Embora, o que acontece nele afeta indiretamente os processos no ambiente imediato. Um bom exemplo de exossistema é o ambiente de trabalho dos pais, apesar da criança não estar inserida diretamente nele, o que acontece lá afeta a relação delas com os pais, o ambiente familiar e consequentemente seu desenvolvimento.

Por fim, o macrossistema consiste nos padrões de características do micro, meso e exossistemas de uma cultura. Bronfenbrenner (1996) relata que o macrossistema é representado por padrões similares de estilo de vida e ideologias, que refletem nas condições de vida de um grupo socioeconômico. Um exemplo de macrossistema são as políticas públicas que colocam seus cidadãos em modelos de serviços, afetando assim diretamente os microssistemas. Em nosso caso são as legislações que regem a Educação Básica e dentro delas que define como deveria ocorrer as atividades da Educação Física nos diferentes níveis de ensino (HERNANDES-GARCIA, 2023).

Para finalizarmos, vamos falar do último conceito, o tempo, que segundo Bronfenbrenner (1995, p. 43) eventos históricos podem alterar o curso do desenvolvimento humano, em qualquer direção, não somente para indivíduos, mas para grandes segmentos da população". O autor trabalha com o conceito de cronossistema, que considera o aspecto temporal relacionado com as transições que vivemos no curso de nossas vidas.

Figura 3 – Modelo de Bronfrenbrenner enfatizando o Cronossistema conforme apresentado no estudo de Hernandes-Garcia (2023).



Ainda segundo o autor, existem dois tipos de transições, as normativas e as não normativas. As normativas são aquelas que fazem parte do curso normal da vida, como por exemplo, a entrada na escola, a puberdade, entrada no mercado de trabalho, etc. As não normativas podemos dizer que não são esperadas, como

divórcio dos pais, mudança de residência ou de escola. Todas essas transições são muito importantes e impactantes no desenvolvimento da criança, afetam diretamente os processos proximais e as relações com o ambiente (BENETTI *et al*.,2013; YUNES; JULIANO, 2010; BHERING; SARKIS, 2009).

Um aspecto do Cronossistema que impacta em nosso estudo é o laço de tempo que ocorre entre a publicação da legislação relacionada à Educação Física no contexto escolar e o tempo que leva para reconhecermos as mudanças na prática da sala de aula em cada unidade escolar. Tal aspecto também foi verificado no estudo de Hernandes-Garcia (2023).

No estudo de Freire, Venditti Júnior e Prado Jr. (2023) apontaram a questão temporal no processo de inclusão de Pessoas com Deficiências (PCDs) no contexto escolar, analisando a partir da perspectiva do estágio curricular na formação dos futuros profissionais de Educação Física Escolar, utilizando da TBDH para buscar entender este fenômeno. Neste trabalho os autores enfatizaram que mesmo com as mudanças de legislação que datam do final do século passado, o processo inclusivo nas escolas vem sendo implantado até os dias atuais, sendo que na primeira década efetivamente encontrávamos poucas PCDs realmente inseridas nas salas de aula o que interferia na formação do futuro profissional. Este aspecto se potencializa se durante este estágio escolar não tivesse a figura do professor especialista atuando no contexto escolar.

Trazendo para a minha pesquisa, a TBDH de Bronfenbrenner (1996), nos diz o quanto as mudanças nos ambientes diretos e indiretos a criança, impactam no seu desenvolvimento. Podemos citar os autores Bersch, Yunes e Molon, que pesquisaram a psicomotricidade relacional, área intimamente ligada a EF:

> “A estratégia de intervenção Psicomotricidade Relacional possibilita ao educador um olhar sensível e uma prática pedagógica através da via corporal, o que permite uma maior ludicidade aos participantes num relacionar-se, dialogar, perceber, sentir, o que motiva os participantes e o educador, numa relação de reciprocidade” (BERSCH, YUNES, MOLON, 2020, p.317)

Portanto, a EF está inserida diretamente no processo proximal estudados pelos autores, onde o movimento faz parte da aprendizagem e desenvolvimento dos participantes, criando um ambiente mais lúdico, favorável e receptivo, gerando uma relação de processo proximal motivante e cativante para os participantes do

microssistema escolar. Confirmado pelos autores Bersch, Yunes e Molon (2020), que concluem que os processos proximais podem ser potencializadores do desenvolvimento.

Ainda, se tratando do movimento, que é inseparável da criança, temos:

> "Neste processo de subsídio relacional, o ser humano é entendido em sua totalidade e por intermédio de expressões através do ***movimento,*** que traduz emoções, sentimentos que advêm de conflitos e necessidades internas." (BERSCH, YUNES, MOLON, 2020, p.318) (grifo nosso)

Com isso, podemos afirmar que a criança aprende através do movimento, e é com ele que ela irá de desenvolver e se aprimorar, desenvolvendo o seu intelecto e os aspectors motor e o social.

> "Na relação com o outro, promove-se a descoberta de potencialidades, muitas vezes, não reveladas até então. Considerando que o movimento é inerente às crianças, a psicomotricidade relacional representa um diferencial no que se refere à metodologia e como propulsor de aprendizagem" (BERSCH, YUNES, MOLON, 2020, p. 318)

O movimento e o lúdico, são dois elementos que embasam a EF dentro do ambiente escolar, transformando-o, estimulando e instigando a criança a realizar a atividade que está sendo proposta, e consequentemente se desenvolver. Logo, o especialista de EF atua diretamente no processo proximal do indivíduo, dentro do microssistema que é a escola, podendo contribuir muito para amplificação do conhecimento, gerando indivíduos participantes e transformadores dentro da sociedade, que consisti no macrossistema.

> ""Olhar" esta metodologia sob a ótica da teoria de Bronfenbrenner e de Vygotsky permite-nos a confirmação da importância do professor, mediador ou do psicomotricista que orienta, acompanha e potencializa as mediações da criança com o profissional, com ela mesma, com seus pares e com os objetos." (BERSCH, YUNES E MOLON, 2020, p. 319)

Sendo assim, a implementação desse profissional nos anos iniciais do ensino fundamental, faz-se necessária, pensando no quanto ele pode enriquecer o ambiente e afetar diretamente o processo proximal do indivíduo, trazendo mudanças significativas no seu desenvolvimento.

5. METODOLOGIA

5.1 Universo da pesquisa

Frente aos questionamentos levantados sobre a implementação do professor especialista em Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, surgiu a necessidade da pesquisa para obtermos respostas sobre como está sendo essa implementação. Foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, que está relacionada às Pesquisas Sociais. Para Minayo et al (2002, p.15,A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante".

Dessa forma, a pesquisa social busca entender questões muito singulares que estão ligados a determinados grupos sociais, e essas questões do universo da pesquisa são de origem qualitativa. Conforme Minayo et al (2002),

> "A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis." (MYNAYO et al, 2002, p. 21-22).

Dentro do escopo qualitativo, utilizaremos da pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008), tem o objetivo de conceituar o problema, podendo envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que vivenciam ou vivenciaram o problema. No nosso estudo, utilizaremos o instrumento de entrevista semiestruturada, a ser apresentado a seguir.

5.2 Participantes

A pesquisa ocorreu em três cidades vizinhas do interior do estado de São Paulo, em suas redes municipais de ensino, foram elas: Macatuba, Lençóis Paulista e Agudos. Primeiramente, buscaremos analisar a legislação vigente referente a rede municipal de cada cidade, como também a legislação pertencente ao profissional de EF nos anos iniciais do ensino fundamental, informações estas obtidas por meio de entrevistas com os atores que definem o sistema educacional na cidade e os diretores de unidades de Ensino.

As entrevistas foram feitas por amostragem, selecionando três escolas de cada cidade, pois se reunicemos dados de todas as escolas geraria um volume de dados muito grande para análise e não teríamos tempo hábil para concluir a pesquisa.

Para a entrevista, a priori, a ideia era que está devesse ocorrer com os secretários de educação, supervisores de ensino, diretores escolares e/ou coordenadores, todos participantes da rede municipal de ensino, que foram formalmente convidados a participar.

Foram convidadas a participar desta pesquisa vinte e quatro (24) pessoas das três cidades escolhidas. Dentre as quais: Lençóis Paulista - um (1) secretário de educação; duas (2) supervisoras de ensino; três (3) diretoras e três (3) coordenadoras escolares. Agudos - um (1) secretário de educação; três (3) supervisoras de ensino; três (3) diretores e três (3) coordenadores escolares. Macatuba - um (1) secretário de educação, uma (1) supervisora pedagógica e três (3) diretoras escolares (em Macatuba não há coordenadores escolares).

Dos convidados, quatorze (14) aceitaram participar da pesquisa, sendo estes: Secretário de Educação (SLP) e diretoras da cidade de Lençóis Paulista (DLP 1, 2, 3); uma supervisora de ensino (DAG) e dois diretores da cidade de Agudos (DAG 1, 2); Secretário de Educação (SMA) e diretoras da cidade de Macatuba (DMA 1, 2, 3). Alguns participantes não autorizaram a gravação de vídeo, somente áudio. Segue a quadro dos participantes que aceitaram realizar a entrevista.

Quadro 1 – Participantes entrevistados para a pesquisa

	LP	AG	MA
Secretário de Educação ou Supervisor de Ensino	1	1	1
Diretor da unidade escolar ou Coordenador Pedágogico	3	2	3

5.3 Instrumentos

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o público-alvo desta pesquisa, segundo Lakatos, a entrevista

> “é uma forma de conversa que se dá em um encontro entre duas pessoas, em que uma, estimulada por questionamentos do entrevistador,

> fornece informações a respeito de determinado assunto. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social." (LAKATOS, 2021, p.101).

Ainda segundo a mesma autora (Lakatos, 2021, p.102) "A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema". Foram usadas, na entrevista, perguntas abertas definidas por Lakatos (2021, p.110) como: "Também chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões". Como forma de registro, utilizada a gravação de áudio e vídeo (com autorização dos direitos de imagem previamente concedidos).

5.4 – Aspectos Éticos da Pesquisa

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UniversidadeEstadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e cadastrada na Plataforma Brasil sob o nº 63573122.6.0000.5398, cujo parecer de aprovação é de nº 5.790.387, datado de 2 de Dezembro de 2022.

Antes da aplicação dos questionários, foram enviados pedidos de autorização para a realização da pesquisa à Secretaria Municipal de Educação e às respectivas escolas participantes, bem como cartas de apresentação da pesquisadora e todos os documentos necessários para a realização da pesquisa,segundo os preceitos éticos e legais. Foi solicitada aos participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Apêndice 1), devidamente submetido e aprovado pelo referido Comitê de Ética em Pesquisa.

5.5 Procedimentos para coleta de dados

Para as entrevistas, os (as) participantes foram divididos (as) em dois grupos. Um grupo da parte administrativa, que consiste em secretários (as) de educação e supervisores (as) de ensino, onde o foco da entrevista foi na legislação referente a implementação do especialista e na burocracia que isso demanda. O segundo grupo foi composto por diretores e coordenadores, onde o foco foi voltado para a experiência profissional com a educação física escolar, a opinião sobre a atuação do especialista nos anos iniciais, e qual o papel dessa disciplina na formação do aluno,

dentro do entendimento de cada pessoa entrevistada. Os roteiros das entrevistas realizadas com cada grupo estão descritos a seguir.

Roteiro de entrevista para secretários (as) de ensino e supervisores (as) de ensino.

1. Identificação da pesquisadora para o participante da entrevista;
2. Identificação do (a) entrevistado (a);
2. Qual a sua formação? Qual sua experiência na área educacional? Quanto tempo atua na educação?
3. Desde quando o professor especialista em Educação Física atua nos anos iniciais do Ensino Fundamental nesta cidade?
4. Ele atua em outros níveis da Educação neste município?
5. Existem outros especialistas atuando nos anos iniciais do ensino fundamental ou no ensino infantil aqui nesta cidade?
6. Como foi a implementação do especialista, na parte burocrática, em questão de carga horária e a verba para o salário?
7. Em relação a carga horária do professor polivalente, foi reduzida a hora aula do professor especialista?
8. Em qual legislação o município se baseou para fazer a implementação do especialista nos anos iniciais?
9. Quantas aulas de Educação física tem o currículo municipal? Todas são ministradas pelo especialista?
10. Referindo-se à questão pedagógica, quais os benefícios de os alunos terem aula com o professor especialista, em sua opinião?
11. Quais os impactos positivos e negativos a implementação trouxe para o município, em questões pedagógicas e financeiras?

Roteiro de Entrevista para os gestores escolares:

1. Quando começou a implementação do especialista na rede municipal de ensino?
2. Esse processo foi tranquilo ou conturbado? Quais atritos existiram ou ainda existem na sua unidade escolar?

3. Quantas aulas são ministradas pelo especialista? Quantas aulas em seu entendimento deveriam ser ministradas por especialistas em educação física nesse nível do ensino?
4. Em sua opinião, qual a importância de o especialista atuar nesse nível do ensino municipal?
5. Em relação aos professores polivalentes, qual foi o impacto sobre eles dessa implementação?
6. Finalizaremos pedindo para que o entrevistado dê seu parecer final sobre a atuação do especialista nos anos iniciais do ensino fundamental.

5.6 Análise dos dados

Após a coleta de dados, foi realizada a análise desse conteúdo. Primeiramente, foi feita a codificação, que, segundo Gibbs, consiste em:

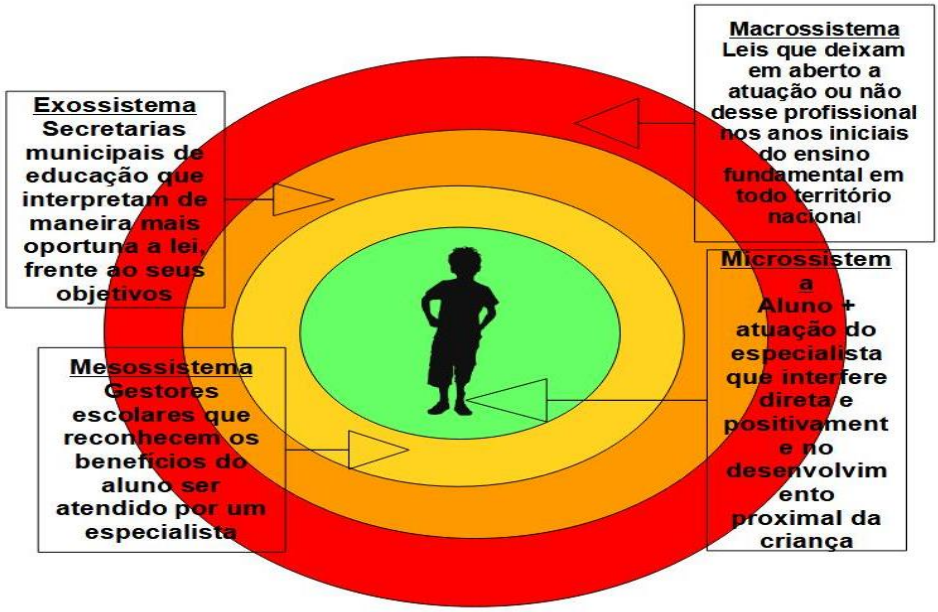
> "é a forma como você define sobre o que se trata os dados em análise. Envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva" (GIBBS, 2009, p. 60)

Posteriormente a codificação, foram criadas tabelas (Apêndices II a V) com itens comparativos entre os entrevistados. Feito isso, realizada análise qualitativa das respostas apresentadas pelos sujeitos e comparadas com a literatura. Além disso, nos permite reflexão dos pontos comuns e divergentes entre as cidades e, verificar se isso pode ter influenciado a implementação do especialista em educação física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Estes achados do estudo foram analisados com base na TBDH proposta por Bronfenbrenner (1996).

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do objetivo proposto no estudo, a questão central era saber se, nas cidades investigadas, foi implementada a legislação que tinha a disciplina de Educação Física como obrigatória e de responsabilidade do professor especialista atuando nos anos iniciais, conforme a Legislação Estadual prevê, ou seja, fundamentando-se na TBDH, o Macrossistema define as diretrizes de como deve ocorrer as atividades no Microssistema aulas de Educação Física no sistema escolar nos anos iniciais. Na Figura 4, está a sistematização que apresentaremos neste capítulo.

Figura 4 – Esboço da organização dos resultados a partir da TBDH (*Fonte: Os autores)*



Os resultados e a discussão que serão apresentados a seguir foram organizados em dois momentos: a) primeiramente focando nas falas dos Secretários de Educação ou Supervisores de Ensino das 3 cidades, que para a TBDH seriam os atores que compõe o Exossistema, que nenhum contato direto efetivo tem no ambiente das aulas de Educação Física que ocorrem nas escolas; b) posteriormente, estaremos focando nas respostas obtidas com os Diretores e ou

Coordenadores das Escolas das três cidades, que segundo a TBDH os atores neste nível compõe o Mesossistema, ou seja, ambientes que estão mais próximos dos escolares e dos professores durante as aulas, que de alguma forma, tem relações proximais com os atores.

6.1 – Respostas obtidas das Secretárias de Educação.

Um primeiro dado significativo foi que as administrações das prefeituras das 3 cidades participantes foram muito receptivas a proposta do estudo, desde as tratativas iniciais sobre a entrevista até o desenvolvimento da pesquisa em diferentes unidades de ensino. Assim, obtivemos 100% de respostas dos dirigentes da Unidade Escolar.

Este dado parece ser óbvio, porém, no estudo de Hernandes-Garcia (2023), fazia parte a entrevista com responsável pelo sistema de ensino municipal que se recusou em participar do estudo. Ressaltamos que neste estudo o foco era o porquê na cidade investigada não existia a figura do professor especialista. A partir da recusa e utilizando a TBDH para interpretar tal fato ficou evidente que a decisão era política e não se tinha fundamento para justificá-la.

Quando questionamos sobre se existe o Profissional de Educação Física nas escolas das cidades que administram, os Secretários de Educação foram unânimes em afirmar que SIM, existe. Porém, apresentaram divergências em relação ao período em que isto ocorreu em cada cidade como podemos ver na Quadro 2.

QUADRO 2 – Respostas dos Secretários de Educação referentes ao período de implementação do professor especialista

Pergunta	SMLP	SMAG	SMMA
Desde quando o professor especialista em Educação Física atua nos anos iniciais do Ensino Fundamental nesta cidade?	Desde 2019	Desde 2009	Desde 2000, nos anos iniciais, e a partir de 2010, na educação infantil

A partir das respostas, verificamos, pelo tempo em que o especialista atuam nas cidades, a primeira diferença constata no processo de implantação. Na cidade de Macatuba, desde o ano de 2000, ocorre a implantação como projeto nos anos iniciais. A partir de 2009, o especialista atua como efetivo, e em 2010, também foi implementado no ensino infantil. Em Agudos, a atuação desse profissional ocorreu desde o ano 2009. E na terceira cidade pesquisada, Lençóis Paulista, essa atuação aconteceu somente em 2019.

Esta diferença no tempo de implantação cria ambientes totalmente diferentes de vivência dos escolares. Enquanto uma das cidades segue o ritmo das mudanças na Legislação, como nos apresenta Impolcetto e Darido (2020), em outro município há um lapso de uma década para que isto ocorresse e, no terceiro município, de praticamente duas décadas. Tal aspecto é reforçado no estudo de González (2020) que aponta que ainda nos tempos atuais encontramos realidades bem diferentes, o que dificulta à implementação de práticas pedagógicas inovadoras.

Olhando para esta realidade, verificamos a coerência da TBDH, proposta por Bronfenbrenner (1995; 1996), não basta mudanças na legislação em nível de macrossistema, se os atores que têm o poder de interferir no microssistema do sistema escolar não modificarem a realidade. Reforça a posição de Yunes e Juliano (2010) e Bhering e Sarkies (2009) de que necessitamos analisar a variável Tempo dentro do modelo PPCT (Processo-pessoa-contexto-tempo) , para identificar mudanças.

No presente estudo, podemos afirmar que em duas cidades, por 10 anos e 19 anos, respectivamente, não ter implementado a lei que previa o professor especialista em Educação Física ministrando as aulas nos anos iniciais, no mínimo, dificulta a obtenção dos objetivos da área e cria ambientes não favoráveis ao desenvolvimento dos escolares (PRADO Jr. 2001; HERNANDES-GARCIA, 2023).

Provavelmente, neste período, ficou a cargo do professor polivalente a responsabilidade pelas aulas, segundo Pereira, Nista-Picollo e Santos (2009), Fiorio e Lyra (2012), Freires et al. (2022), não se sentem preparados para ministrar as aulas, visto que a formação do pedagogo não é suficiente para atuar na área e que o

próprio pedagogo defende a presença do especialista. Autores como Mattos e Neira (1999), Neira (2002), Correa e Moro (2004), Silva et al. (2012), Sousa et al. (2016), enfatizam em seus estudos que o professor especialista tem conhecimento específico para planejar o ensino, identificar o que ensinar, quando ensinar e como ensinar. Portanto, as mudanças da legislação em nível federal (BRASIL, 1996) e em nível estadual (SÃO PAULO, 2002) deveriam estar sendo cumpridas.

Na sequência da entrevista, os secretários foram perguntados se os professores especialistas encontram-se atuando em outros níveis de ensino. No Quadro 3 estão as respostas apresentadas.

QUADRO 3 – Respostas dos Secretários de Educação referentes ao professor especialista ministrar aulas em outros níveis de ensino.

Pergunta	SMLP	SMAG	SMMA
O Especialista atua em outros níveis da Educação neste município?	Nos anos finais do ensino fundamental	Somente nos anos iniciais do ensino fundamental	Desde o Ensino infantil até os anos finais do ensino fundamental.

Podemos observar que, na cidade de Agudos, somente nos anos iniciais há presença do Professor especialista. Já em Lençóis Paulista, desde os anos iniciais até os anos finais, pois, a cidade contempla esse nível da educação. Por outro lado, em Macatuba, o especialista está desde o ensino infantil até os anos finais do ensino fundamental. Mais uma vez verificamos que cada administração inclui ou não o professor Especialista nos diferentes níveis. Devemos lembrar que o processo de municipalização deixa a cargo dos municípios a formação na Educação Básica (Impolcetto; Darido, 2020) porém, as leis sempre deixam brechas não estipulando o período em que deve ocorrer esta implantação. Da mesma forma que consolida a educação física na educação básica, mas permite que o polivalente também atue.

Outra questão, foi em relação a existência de outros especialistas atuando nas escolas. Verificamos que, em Macatuba, existe além do professor de Educação Física os especialistas em artes e língua inglesa. Em Agudos, o especialista de língua inglesa. Já em Lençóis Paulista, o especialista de língua inglesa e começou a implementação do especialista em artes, mas, não são todas as unidades escolares

que foram contempladas. Mais uma vez verificamos entre as cidades e o descumprimento de legislação em relação ao conteúdo de artes e um avanço de incluir a língua inglesa. Freire (2009) já nos alertava que garantir o amparo legal não era suficiente para garantir o papel educacional em sala de aula, por isso, encontramos ainda no contexto escolar legislações que não são cumpridas ou são cumpridas parcialmente.

A lei estadual nº 184/2002, que traz em seu texto a obrigatoriedade das aulas de EF e Artes serem ministradas por professores licenciados nas áreas, ainda, especifica duas aulas semanais (SÃO PAULO, 2002). Porém, essa lei regra somente as escolas estaduais do estado de São Paulo, não abrange as redes municipais aqui tratadas.

Após a lei estadual, temos a lei federal nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), a LDB, que traz em seu artigo 26, inciso terceiro, a obrigatoriedade da EF em toda educação básica, mas, não traz qual profissional deve ministrá-la. Já o parecer 11, do CNE/CEB, traz em seu artigo 31, o seguinte texto:

> Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte ***poderão*** estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes. (BRASIL, 2010, p.39) (destaque nosso).

Hess e Toledo (2016) afirmaram:

> "A fragilidade desta redação (de forma intencional ou não) acabou por abrir "brechas" de interpretação nas demais esferas públicas, em níveis estaduais e municipais (seguindo a hierarquia do sistema educacional) que parecem balizar as premissas públicas nessas esferas, tanto no âmbito legislativo como no âmbito da intervenção." (HESS; TOLEDO, 2016, p. 171)

Frente a tudo isso, está o aluno, que ao entrar em um microssistema – unidade escolar municipal - que esses profissionais atuam, vivenciará um ambiente adequado e será mais bem atendido, consequentemente terá uma formação mais completa e ampla, refletindo por toda sua vida (BRONFENBRENNER, 1996; FREIRE; VENDITTI JÚNIOR; PRADO Jr., 2023). Essa visão também é retratada na pesquisa de Carvalho (2013), onde 94% dos entrevistados afirmam que a presença do especialista é fundamental para práticas pedagógicas significativas.

Na mesma linha, Bersch, Yunes e Molon (2020) apontaram para a visão da Psicomotricidade Relacional, onde o movimento é o protagonista da aprendizagem e desenvolvimento dos participantes, criando um ambiente mais lúdico, favorável e receptivo, gerando uma relação de processo proximal motivante e cativante para os participantes do microssistema escolar.

Uma questão que foi perguntada as secretárias de educação dos munícipios foi quanto a parte burocrática e as verbas para que ocorresse a implementação das aulas de Educação Física e do profissional. No Quadro 4, estão as respostas apresentadas.

QUADRO 4 – Respostas dos Secretários de Educação referentes a burocracia e as verbas para implantação do professor especialista

Pergunta	SMLP	SMAG	SMMA
Como foi a implementação do especialista, na parte burocrática, em questão de carga horária e a verba para o salário?	Houve conflito na logística em relação a carga horária, para o especialista atender todas as escolas da rede. Não houve problemas com os recursos que veem do FUNDEB.	Exigência do ministério público e a verba também veio do FUNDEF na época. Carga horária pré-determinada.	Foi uma exigência do ministério público a verba veio do FUNDEF na época. Começou com uma carga horaria pré-determinada e depois foi aumentando a demanda.

A partir da resposta, verificamos que em duas cidades, Agudos e Macatuba, foi uma exigência do Ministério Público, pois havia o projeto a vários anos e que com a aprovação da legislação deveria ser efetivada. Provavelmente, a entrada deste ente jurídico na resposta pode explicar que em uma cidade a implantação e na sequência da aprovação da legislação e na outra cidade ocorreu dentro da primeira década da promulgação da lei, que com certeza definia um período de adequação. No caso de Lençois Paulista a demora na implantação pode ter ocorrido por não ter sido incitada pelo Ministério Público e por ser uma cidade de maior porte, com maior número de escolas a ser atendida.

Mais uma vez identificamos, na resposta, a presença de agentes externos ao ambiente escolar interferindo nas mudanças que ocorrem nas Unidades escolares e com os alunos e professores em cada escola, como previsto na TBDH. Neste caso, uma estância em nível estadual e Federal, pertencente ao Macrossistema – conforme definido na TBDH - responsável pela fiscalização do que ocorre na Educação interveio para que o Microssistema aulas de Educação Física fosse modificado, em um caso de imediato e nos outros dois a médio e longo prazo, reforçando a ideia de que temos que utilizar o modelo PPCT para análise das mudanças e a velocidade que estas ocorrem sobre o tempo (BENETTI *et al*.,2013; YUNES; JULIANO, 2010; BHERING; SARKIS, 2009)

Nas três cidades, não houve problemas com a verba, apontando que as mesmas receberam recursos para esta implantação via FUNDEF, até o final da primeira década dos anos 2000, e, posteriormente, do FUNDEB, que é um Fundo de recursos que existe até hoje para investimento na Educação Básica. A questão financeira para garantir a implementação da legislação e as mudanças no contexto escolar é um problema que sempre aparece e relatado pelos atores das escolas quando ainda não adequaram a sua realidade ao que está previsto. Verificamos que isto ocorreu no estudo de Vitorino (2023) em relação a adequação da infraestrutura para as aulas de Educação Física e Hernandes-Garcia (2023) quando os diretores e professores de escolas relataram que a questão financeira poderia explicar a ausência do professor especialista ministrando aulas no Ensino Fundamental.

Na Cidade de Lençóis Paulista, a Secretária informou que houve conflitos em relação a carga horária, para que o especialista conseguisse atender toda a demanda. Ou seja, aparece aqui a questão financeira, visto que, na implantação, não contrataram novos professores, mas sim, ampliaram a carga horária dos especialistas já contratados para atender a nova demanda que surgiu com as aulas. Aqui pode aparecer um problema onde o professor que atua nos anos finais reproduz o mesmo conteúdo e técnicas para os alunos nos anos iniciais, por exemplo, como nos coloca González (2020), mantém a visão esportivista competitiva e não cumprem os objetivos previstos para área no contexto escolar. Reforçamos aqui os dizeres de Neira (2002) que o professor tem que ter o domínio no que faz para atendar os objetivos educacionais. Silva et al. (2012) coloca que dentro das

mudanças pedagógicas que ocorrem com a disciplina Educação Física, esta precisa ampliar seu atendimento para além da visão esportivista. O esporte é um dos conhecimentos previstos pela BNCC para o sistema escolar (BRASIL, 2018).

Seguindo a entrevista, um ponto que gostaríamos de saber era se a implementação do especialista influenciou a carga horária percebida pelo professor polivalente, o pedagogo. No Quadro 5, encontra-se a respostas apresentadas nesta questão.

QUADRO 5 – Respostas dos Secretários de Educação referente a relação da carga horária do professor polivalente

Pergunta	SMLP	SMAG	SMMA
Em relação a carga horária do professor polivalente, foi reduzida a hora aula do professor especialista?	Não. O pedagogo é corresponsável pela aula. Ele cumpre sua jornada com os HTPIS no horário contrário do seu turno de trabalho.	Não. O que acontece é que: quando o professor especialista está dando aula o pedagogo cumpre seus HTPIS que são um terço de sua jornada de trabalho conforme previsto em lei.	Não. O que acontece também em Macatuba é que: quando o professor especialista está dando aula o pedagogo cumpre seus HTPIS que são um terço de sua jornada de trabalho conforme previsto em lei

Abordaremos agora, a questão da carga horária do pedagogo, um ponto bem importante nas diferenças entre as cidades. Nas autarquias de Agudos e Macatuba, no horário das aulas do especialista, os pedagogos cumprem o que é chamado de Horário de Trabalho Pedagógico Individual (HTPI), obrigatório na jornada de trabalho do professor, não precisando voltar no horário contrário do seu turno para cumpri-los. Já na cidade de Lençóis Paulista, o pedagogo é corresponsável pela aula, isso quer dizer que, o especialista e o pedagogo recebem por essa hora aula. E comparando com as outras duas cidades, os pedagogos têm que cumprir os HTPIs em horário contrário do seu turno.

A partir desta resposta, vamos utilizar o recurso de nuvens de palavras para demonstrar rapidamente qual o fator que mais apareceu e influenciou nas respostas

dos participantes. Na Figura 5 estão as palavras de maior destaque. Nela podemos perceber que foram citadas, hora, sala, HTP, conflito, carga, recurso.

Figura 5 – Nuvem de palavras observadas nas respostas dos secretários em relação a questão da carga horária entre o polivalente e o especialista.



As mudanças no horário dos professores mexem com a vida dos mesmos no ambiente escolar e pode interferir na motivação ou desmotivação dos profissionais que atuam na escola, tanto para o especialista como para o polivalente. Bersch, Yunes e Molon (2020) nos alerta sobre a importância de uma relação proximal afetivamente positiva para que o ambiente seja significativo para os escolares. De acordo com Prado Jr (2001) e Freire, Venditti Junior e Prado Junior (2023), para que o ambiente influencie positivamente no desenvolvimento dos escolares, as relações precisam ter equilíbrio de poder, relação afetiva positiva e serem significativas com persistência temporal.

Outro aspecto que foi questionado, foi em relação a qual legislação as cidades utilizaram para fazer sua legislação municipal. Abrangendo a questão legislativa, os municípios de Macatuba e Agudos se basearam na lei estadual nº 184/2002 (SÃO PAULO, 2002), apesar de ela especificar escolas estaduais, as redes supracitadas acompanharam a determinação em suas unidades escolares, ou seja, implantaram o professor especialista nos anos iniciais. Na cidade de Lençóis Paulista, não há uma legislação específica sobre o especialista de educação física, portanto, não assumio, a priori, que implementaria a legislação federal ou estadual.

Outro aspecto de diferença é em relação a quantidade de aulas semanais destinadas a Educação Física nos anos iniciais. Verificamos, em Macatuba e

Agudos, duas aulas por semana e as duas aulas ministradas pelo especialista, já em Lençóis Paulista, encontramos duas aulas na grade curricular, mas, somente uma ministrada pelo especialista, a outra aula da grade fica na competência do professor polivalente ministrá-la. Diante desse fato, nesta cidade podemos observar uma implementação parcial do especialista nos anos iniciais.

A postura da cidade de Lençois Paulista vai na contramão do que encontramos na literatura que reafirma a importância do professor especialista ministrando as duas aulas semanais (BRASIL, 1996, 2001; SÃO PAULO, 2002). Manter uma aula para o polivalente pode manter, no sistema educacional, problemas como apontado por: Sousa et al. (2016), de que fica a critério do polivalente ministrar ou não a atividade e qual a sua duração; Pereira, Picolo e Santos (2009), os quais verificaram que os polivalentes ministram a aula quando sobra tempo e permitem a recreação livre; Rodrigues (2000), para quem a Educação Física é indispensável, mas ainda não alcançou o status que deveria no ambiente escolar.

Sobre a importância do especialista atuar nesse nível de ensino, todos os entrevistados acharam importante, pela maior especificidade de conteúdos e atividades oferecidos ao aluno. Somente um mostra preocupação em relação ao vínculo professor-aluno, tratando-se de mais especialista atuando nos anos iniciais do ensino fundamental. Podemos comprovar isso com a nuvem de palavras a seguir, obtida das entrevistas com os secretários e supervisores de educação.

Esta ilustração é significativa para temática principal do estudo, onde o destaque das palavras Professor, Especialista, Especificidade; seguidos por Benefícios, Maior, Potencializa, Criança; reafirma a necessidade de que a lei deva ser, estar correta e que enriquecer o ambiente do escolar é o ponto fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Ferreira Neto (2009) afirma ser incontestável a importância da Educação Física nos anos iniciais, para ampliar a estimulação motora dos escolares, combatendo o aumento do sedentarismo entre as crianças e ampliando a perspectiva de atingir os objetivos da área.

Figura 6 – Nuvem de palavras observadas nas respostas dos secretários de educação referente a importância da Educação Física no contexto escolar.



Sobre os impactos da implementação, todos disseram que tiveram somente impactos positivos relacionados à formação da criança, como podemos visualizar a seguir, na Figura 7, que apresenta a nuvem de palavras gerada a partir das respostas obtidas.

Figura 7 - Nuvem de palavras observadas nas respostas dos secretários de educação sobre os benefícios da implementação.



Houve destaque para as palavras professor, benefícios, impacto, aluno, Positivo, Física. Neste aspectos, poderíamos relacionar aqui todos os autores utilizados no presente estudo, tanto em relação a TBDH como ligados a importância da Educação Física no contexto escolar. Porém, mesmo conseguindo formar esta nuvem de palavras positivas, ainda temos um munícipio que não cumpre integralmente o que está previsto na legislação. Assim destacamos a fala de Freire (2009) que mesmo garantindo o amparo legal não há garantia de mudanças concretas no dia a dia do ambiente escolar.

Bronfenbrenner (1996) também prevê que mudanças em um ambiente pode gerar ambientes positivos, mas, dependendo da forma, pode interferir no processo desenvolvimental. Dados semelhantes foram obtidos por Freire, Venditti Junior e Prado Junior (2023), de acordo com os quais todos defendem o processo de inclusão, porém, muito temos que trilhar, enfrentar obstáculos impensados nos dias de hoje para que isto realmente se efetive no contexto escolar. Em nosso caso, não ter as duas aulas de Educação física ministrada pelo especialista em um dos municípios é ainda um problema a ser superado.

6.2 – Respostas obtidas dos Diretores das Escolas Participantes

Explanaremos agora, os resultados obtidos nas entrevistas dos diretores escolares das três cidades pesquisadas. Primeiramente, indagamos como foi o processo de implementação do especialista nas unidades escolares sob a direção de cada um.

Quanto à data de implantação, as respostas foram semelhantes as dos Secretários nas cidades de Agudos e Lençois Paulista. Porém, na cidade de Macatuba, os diretores indicaram o ano de 2009, embora a secretaria tenha afirmado que desde o início dos anos 2000 a cidade já possuía o professor especialista. Provavelmente, estes diretores devem estar no cargo mais recentemente e não estar tão inteirados da história do processo, além de terem migrado para a cidade vindo de outras cidades.

Mais uma vez percebemos a importância da TBDH e o modelo PPCT para analisar os contextos, em especial, em relação a variável tempo. Mudanças que ocorrem em determinado período precisam ser identificados, pois pode impactar as

pessoas que vivenciaram este período, conforme nos apresenta Yunes e Juliano (2010) e Bhering e Sarkies (2009).

Na sequência, foi perguntado se ocorreram problemas na implantação. Somente dois entrevistados disseram que foi conturbada, na questão de organização de horários. Estes dois diretores são da cidade de Macatuba onde os secretários colocaram a preocupação na implantação devido à adequação dos horários. A sintonia das respostas demonstra que esta variável - organização do horário – interferiu na dinâmica da implantação nesta cidade.

Foi uma interferência, porém, significativa que permaneceu no tempo e foi resgatada pela memória dos diretores da cidade. Tal caracterização é explicada por Bronfenbrenner (1996) de modo que quando vivenciamos uma situação significativa e que nos atinge de alguma forma esta permanece no tempo e poderá ser utilizada em outros ambientes, em tempos futuros.

Em relação à quantidade de aulas semanais, somente os gestores da cidade de Lençóis Paulista relataram que as duas aulas que constam na grade deveriam ser atribuídas aos especialistas, pois, uma aula semanal é pouco. Este reconhecimento apresentado pelos diretores parte de sua vivência mais próxima com o microssistema aulas de Educação Física e deve acompanhar os aspectos positivos e negativos desta determinação. Dados semelhantes foram obtidos por Prado Jr. (2001) e Hernandes-Garcia (2023). Nas outras cidades, os gestores relatam que a quantidade de duas aulas semanais é adequada, como está prevista na lei (SÃO PAULO, 2002)

Na questão 4 da entrevista com os diretores, foi abordado a importância de o especialista atuar nesse nível de ensino. A Figura 8 apresenta a nuvem de palavras que surgiram das respostas.

Figura 8 - Nuvem de palavras observadas nas respostas dos diretores sobre a importância do professor especialista



Todos os entrevistados citam a importância de ter esse profissional dentro da escola, enfocando a diferença, para melhor, no atendimento a criança, e todas as especificidades das atividades e conteúdos oferecidos a elas. O especialista é um ator insubstituível nas aulas de EF, sendo ele o responsável por direcionar os jogos e brincadeiras corretamente, para o ampliar o desenvolvimento motor e cognitivo da criança. Assim, como cita Silva et al. (2012):

> "É papel do professor de Educação Física resgatar as brincadeiras que fazem parte do cotidiano dos seus alunos. Ao trabalhar o sentido/significado dos brinquedos e brincadeiras, o professor traz à tona aspectos culturais que tornarão o aprendizado mais acessível. É a escolha dos brinquedos carregada de implicações sociais e culturais que os professores precisam ficar atentos." (SILVA et al, 2012, p.8)

A seguir, as transcrições de alguns momentos das entrevistas que comprovam essa importância.

"Eu acho que tem que ter, eu acho que a escola ela se fortalece com os especialistas, né? E eu como uma pessoa que sou apaixonada pela educação, eu acho que o estudo é o que leva as pessoas mais longe. Então hoje, um profissional da educação física, que eu vejo, inspira muita gente, né? E isso é significativo" (DIRETOR, Escola 2, Lençóis Paulista, 2023)

"Eu acho que é muito importante o especialista, né? Eu vejo que os alunos, eles progridem, eles melhoram, a gente descobre alguns talentos, né? Então, o aluno que se destaca no esporte, né? Aluno que às vezes, nem sabia que gostava de esporte, ele vai acabar se destacando, né? Então, tem uma gama muito grande aí, que a criança pode desenvolver e se destacar, algo que às vezes não era esperado, nem para professor nem para o aluno, né? Então eu considero o trabalho do especialista muito importante na escola" (DIRETOR, Escola 1, Macatuba, 2023)

Vemos aí, toda a interação e desenvolvimento que o especialista promove a criança, agindo diretamente no seu processo proximal e fazendo-se parte integrante

do microssistema dela. Essa atuação afeta imediatamente o desenvolvimento da criança, no seu ambiente mais importante, como podemos confirmar com Alves em seu estudo sobre a teoria de Bronfenbrenner:

> "Neste sistema, é fundamental que as relações estabelecidas tenham como características: reciprocidade (o que um indivíduo faz dentro do contexto de relação influencia o outro, e vice-versa), equilíbrio de poder (onde quem tem o domínio da relação passa gradualmente este poder para a pessoa em desenvolvimento, dentro de suas capacidades e necessidades) e afeto (que pontua o estabelecimentoe perpetuação de sentimentos - de preferência positivos - no decorrer do processo), permitindo em conjunto vivências efetivas destas relações também em um sentido fenomenológico (internalizado)."(ALVES, 1999, p.1)

Também podemos citar Ayoub, que nos diz que criança e movimento são quase sinônimos, e não tem como separar um do outro. Sendo então, a criança inerente ao movimento, a EF se faz vital no seu mundo.

> "Criança é quase sinônimo de movimento; movimentando-se ela se descobre, descobre o outro, descobre o mundo à sua volta e suas múltiplas linguagens. Criança é quase sinônimo de brincar; brincando, ela se descobre, descobre o outro, descobre o mundo à sua volta e suas múltiplas linguagens. Descobrir, descobrir-se. Descobrir, tirar a cobertura, mostrar, mostrar-se, decifrar... Alfabetizar-se nas múltiplas linguagens no mundo e da sua cultura." (AYOUB, 2001, p. 57)

Sobre o impacto do especialista no trabalho do pedagogo, as respostas dos diretores foram condensadas na Figura 9. Palavras como: Professor, Especialista, Essencial, Educação, Impacta, Muito, Traz, Diferença; ressalta bem o sentimento expressado pelos participantes. Reforça a ideia de que a convivência entre os profissionais e a valorização da área ocorre na visão dos diretores de escola.

Os gestores da cidade de Lençóis Paulista trouxeram a questão do alívio e tranquilidade do pedagogo em não ter que planejar uma aula, para qual ele não tem a formação específica.

Ayoub afirma:

> "[...] poderíamos pensar não mais em professoras(es) "generalistas" e especialistas", mas em professoras(es) de educação infantil e ou professoras(es) das séries iniciais do Ensino Fundamental que, juntas(os) com as suas diversas especificidades de formação e atuação, irão compartilhar seus diferentes saberes docentes para a

construção de projetos educativos com as crianças.” (AYOUB, 2001, p. 56)

Figura 9 – Nuvem de palavras das respostas dos diretores escolares referente a questão do impacto do especialista no trabalho do pedagogo.



Os gestores das outras cidades relatam o avanço do aluno, que pode ser sentido na sala de aula pelo pedagogo. Avanços esses que foram citados em relação a coordenação motora, a concentração e até na alfabetização. Relatam ainda, que o trabalho dos dois profissionais juntos agrega muito mais no desenvolvimento da criança.

“É nós, aqui na minha escola, iniciamos esse ano, um projeto de xadrez, de terceiro ao quinto ano, com uma professora especialista de educação física, é a gente vê, assim as crianças disputarem, as crianças terem esse domínio sobre o controle emocional, que elas precisam ter para competições. Acabamos de iniciar esse ano e elas já participaram de competições. Então, é muita aprendizagem e muita aprendizagem pra vida delas, né? Não é uma aprendizagem que eu vou guardar na gavetinha, é um aprendizado que eu vejo que as crianças levam para a vida, é isso.” (GESTOR 2, Macatuba, 2023)

“A minha opinião, frente à educação física na rede de ensino, é excelente, tem que ter, todas as prefeituras deveriam ter, é um pecado se alguma Prefeitura de primeiro ao quinto ano não implementou ainda. E como eu disse, vou mais além, para mim, tinha que ser desde o maternal educação física, que ajuda demais o desenvolvimento das crianças nessa faixa etária. Que bom que Agudos aqui tem colocou, temos bons professores, né? Todas as escolas têm tido um trabalho muito, muito gratificante mesmo, né? Não atuo diretamente na educação física, né? Porque

agora estou como diretor, mas faço de tudo aqui pelos professores e sem dúvida, sem dúvida é extremamente importante essa disciplina" (GESTOR 1, Agudos, 2023)

Para finalizarmos, todos os gestores descrevem a importância da atuação do especialista para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Como mostra nossa última nuvem de palavras representada na Figura 10, novamente há destaque para palavras como: Especialista, Professor, Aula, Educação, Física, Desenvolvimento, Criança.

Figura 10 – Nuvem de palavras observadas nas respostas dos diretores escolares referente a questão da atuação do especialista.


Especialista
Física
Aula
Professor
Educação
Desenvolvimento
Profissional
Diferença
Criança
Física
Aula
Professor
Educação
Física
Aula
Criança
Profissional
Diferença
Desenvolvimento
Especialista
Aula
Professor
Física
Aula
Educação
Profissional
Diferença
Criança
Física
Aula
Professor
Educação
Física
Aula
Profissional
Diferença
Criança
Especialista
Física
Aula
Professor
Educação
Desenvolvimento

Outros dois pontos negativos foram citados pelos gestores da cidade de Lençóis Paulista. O primeiro é o fato de não ser indicado pela secretaria de educação da cidade, a colocação de um professor substituto quando o especialista precisa se ausentar do trabalho, pelo fato de uma terceira pessoa estar recebendo pela mesma aula. O processo é dinâmico e como esta cidade demorou para implementar está agora, na prática, reconhecendo dificuldades e buscando superá-las, visto que o ambiente educacional é dinâmico e mutável. Visão está definida pela TBDH proposta por Bronfenbrenner (1996).

E o segundo é o fato de somente uma aula ter sido atribuída ao especialista, ficando assim a outra aula desconexa, quando ela acontece, pois na maioria das vezes é deixada para trás, pelos afazeres do pedagogo serem considerados, por ele, mais importantes. Fatores semelhantes são identificados no estudo de Sousa et al. (2016) e Pereira, Piccolo e Santos (2009). Freires et al. (2022) argumentam que isto ocorre devido o polivalente não ser preparado para atuar com a disciplina e isto reforça a visão de que é necessário mudar a realidade na cidade em questão.

Assim, podemos perceber, diferenças de tratamento frente a EF, disciplina que já provou sua importância para o desenvolvimento da criança, conforme relata Pereira, Piccolo e Santos.

> “Diante disso, o professor precisa ter sensibilidade para perceber que o mais importante para a criança é a vivência da motricidade, a oportunidade de realizar diferentes movimentos - portanto, uma atividade que possibilita ao aluno tocar diversas vezes na bola ou executar de várias maneiras um movimento é muito mais importante que ficar esperando para jogar ou apenas repetir o que lhe é imposto. Assim, o contato com situações diferentes (bolas, espaços, tempos, pessoas, ambientes) favorece uma riqueza de experiências e, consequentemente, a ampliação do acervo motor do educando.” (PEREIRA, PICCOLO e SANTOS, 2009, p.344)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a Educação Física Escolar e buscar entender essa disciplina no contexto escolar deve ser meta de todos os professores licenciados que atuam no chão da escola. Esta é a meta do PROEF, que o professor investigue sua realidade, veja os avanços que já obteve e identifique problemáticas que interfere ou pode interferir na sua prática profissional, analise e busque solucionar ou pelo menos entender qual o percurso que deve seguir em busca de superar as dificuldades. Ao terminar esta dissertação, penso que consegui passar por todas estas etapas.

O objetivo proposto por esta pesquisa foi verificar como ocorreu a implantação do professor especialista ministrando as aulas de Educação Física nos anos iniciais em três cidades da minha região, incluindo a cidade em que atuo. A partir das respostas obtidas, verificamos que existe diferença neste processo de implantação, porém, um dado relevante é que nas três realidades investigadas encontramos o professor especialista atuando nas séries iniciais. Embora, este fato fosse esperado devido as legislações em vigor, quando aprofundamos a revisão de literatura, observamos que em muitos municípios esta realidade ainda não ocorre, visto que, a implantação é uma decisão política, já que existem brechas na legislação que permite ao professor Polivalente ministrar as aulas de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental.

As diferenças observadas ocorreram em relação ao período de implantação do professor especialista, pois em uma das cidades investigadas o processo ocorreu em paralelo a aprovação da legislação. Em uma outra cidade, este processo ocorreu após quase uma década, enquanto a última realidade só implantou o professor especialista nos últimos anos, cerca de duas décadas da aprovação da lei.

Nas duas primeiras cidades, o profissional de Educação Física fica responsável pelas duas aulas previstas na legislação. Na cidade que implantou recentemente, também o fez parcialmente, visto que uma aula é do especialista e a outra do professor polivalente. Cidade esta em que atuo e que a partir dos resultados deste estudo tenho agora mais argumentos para lutar no dia-a-dia pela adequação da realidade vivenciada com a legislação em vigor. Porém, isto dependerá do esclarecimento dos profissionais e gestores e espero que com o

produto educacional desenvolvido consigamos alertar, despertar e estimular os profissionais e gestores para mudança da realidade.

Pelos relatos dos profissionais desta cidade, a falta do professor especialista pleno, conforme previsto, gera alguns incômodos, tais como: a dificuldade de adequar os horários do especialista com os do professor polivalente; a modificação no horário de realizar o HTPI e também é percebido por alguns diretores que o professor polivalente deixa de ministrar a atividade ou, quando realiza, não consegue atingir os objetivos esperados para a área. Realidade esta descrita de forma semelhante em vários munícipios que ainda não implantaram o professor especialista.

Todos os participantes reconhecem que o professor especialista é que deve atuar, tem melhor condição de adequar os conteúdos e a prática pedagógica. Além disso, reconhecem a importância da área para o desenvolvimento dos alunos em busca do desenvolvimento da cultura corporal.

A utilização da TBDH nos permitiu ter espaço para analisar as posturas dos secretários e diretores, possibilitando analisar que as decisões tomadas em nível de exossistema (secretário) e mesossistema (diretor) são decisivas para que as legislações aprovadas em nível do Macrossistema (governos: federal, estadual, municipal) criem o melhor ambiente no contexto escolar Microssistema (aulas de Educação Física). Desta forma, poderemos garantir que a implantação do professor especialista realmente se consolide e que os objetivos e conteúdos sejam vivenciados pelos escolares de forma significativa e com persistência temporal, o que garante a partir da TBDH que a disciplina Educação Física participe efetivamente do desenvolvimento dos escolares.

Indicamos que novos estudos devem ser realizados, abrangendo a opinião dos profissionais de Educação Física e dos escolares. Desta forma, poderemos ter novos cenários do ambiente vivido e que com a participação de seus atores podem e devem ser modificados a partir da realidade. Claro que sempre defendendo a implantação da legislação, demonstrando a importância do professor especialista e da valorização da área de Educação Física no contexto escolar nos anos iniciais.

8. PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional é uma exigência para a titulação do PROEF (Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional). Para a pesquisa em questão, foi elaborado como Produto Educacional um minidocumentário, com as gravações das entrevistas realizadas, que foram feitas no decorrer da pesquisa com os participantes: Secretários de Educação e Diretores da escola; das três cidades investigadas.

Foram gravadas na íntegra as entrevistas, devidamente autorizadas pelos participantes, respondendo às questões do roteiro único destinado para os diretores e outro para os Secretários.

Neste minidocumentário, os participantes enfatizaram, dentro de suas diferentes visões, o processo de implantação que vivenciaram do professor de Educação Física (especialista) ministrando as aulas dos anos iniciais do Ensino fundamental, bem como: a importância do professor especialista em educação física dentro da escola, a importância da vivência motora da criança no contexto escolar, as diferenças no desenvolvimento da criança quando esse profissional está presente na realidade escolar e o impacto da atuação deles dentro da escola.

Isso, vem ao encontro da conclusão do nosso estudo, reforçando a importância do cumprimento da legislação, do especialista em educação física do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e das horas aulas destinadas a essa disciplina, que deveria ser de maneira uniforme, sem essas diferenças entre uma cidade e outra, proporcionando assim ao aluno uma formação completa que refletirá por toda sua vida.

Objetiva-se, com esse produto educacional, disseminar a importância de o especialista atuar nos anos iniciais do ensino fundamental, reforçar a importância do movimento no desenvolvimento infantil, conscientizar as autoridades públicas da importância da implementação do especialista e poder contribuir para que isso aconteça.

Para isso, vamos disponibilizar o minidocumentário em redes sociais, sites e outros meios de comunicação existentes hoje, e também para instituições de ensino

que se mostrarem interessadas, além de enviá-lo as autoridades das cidades participantes.

Link - https://photos.onedrive.com/share/AEAE89B223DB9491!16183?cid=AEAE89B223DB9491&resId=AEAE89B223DB9491!16183&authkey=!ABnRwfHZ1Udp-l8&ithint=video&e=IXp5h1

9. REFERÊNCIAS

ALVES, P. B.**A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** Resenha de Livro. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Publicado em: 27 jul. 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/HCPJWXKjy5RtJ3t7kfQ3Zdj/?lang=pt Acesso em: 05 out. 2023

ASSIS, D. C. M. de, MOREIRA, L. V. de C., FORNASIER, R. C. **Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner:** a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças. Research, SocietyandDevelopment, v. 10, n. 10, Ago. 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/19263/17176/236290#:~:text=Segundo%20Bronfenbrenner%20(1979)%2C%20o,estabelecida%20influenciar%C3%A3o%20o%20trajeto%20desenvolvimental. Acesso em 22 mai. 2023.

AYOUB, E. **Reflexões sobre a educação física na educação infantil.** Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, p. 53-60, 2001. Suplemento 4.

AZEVEDO, E. S.; SHIGUNOV, V. **Reflexões sobre as abordagens pedagógicas de Educação Física.** Revista Kinein, Volume 1. número 1, 2000. Disponível em <https://silo.tips/download/reflexoes-sobre-as-abordagens-pedagogicas-em-educaao-fisica> . Acesso em: 05 de ago. de 2022.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. **Educação física escolar:** uma proposta de diretrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, v.1, n.1, p. 73- 81, 2002. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Graduacao/CCBS/Cursos/Educacao_Fisica/REMEFE-1-1-2002/art6_edfis1n1.pdf. Acesso em 26 ago. 2022.

BERSCH, A. A. S.; YUNES, M. A. M.; MOLON, S.I. **Psicomotricidade Relacional sob a ótica de conceitos teóricos de Vygotsky e Bronfenbrenner.** Revista da FAEEBA, v.29, n.60, p. 308-321. Disponível em: 2358-0194-faeeba-29-60-308.pdf (fcc.org.br). Acesso em: 04. out. 2023.

BHERING, E.; SARKIS, A. **Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner:** implicações para as pesquisas na área da Educação Infantil. Research, SocietyandDevelopmentJournal. v. 27, n. 2, p. 7-20, publicado em jul./dez. 2009. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/19263/17176/236290. Acesso em: 26 mai. 2023.

BRACHT, V. **Educação Física Escolar no Brasil:** O que ela vem sendo e o que pode ser. Editora Unijuí, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788541902892/. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Lei número 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Governo Federal. Ministério da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 20 jul. de 2022.

BRASIL. **Lei número 4.024 de 20 de Dezembro de 1961**. Governo Federal. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 20 jul. de 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação, Brasília, 2018. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução estadual nº 184**. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria Estadual de Educação, São Paulo, 2002. Disponivel em: http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=200212270184. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Educação física. Secretaria de Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro07.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 10 que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília, 2010. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN72010.pdf?query=escolas%20do%20campo. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. Lei Federal número 9.696 de 1 de Setembro de 1998. Governo Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9696.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRONFENBRENNER, U. ***The ecology ofhuman development:*** *Experimentsbynatureand design*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

Bronfenbrenner, U. (1995). Developmentalecologythroughspaceand time: A future perspective. In P. Moen, G. H. Elder, Jr., & K. Lüscher (Eds**.), *Examininglives in context: Perspectivesontheecologyofhumandevelopment*** (pp. 619–647). American PsychologicalAssociation, 1995.

BRONFENBRENNER, U. A. Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e planejados. Porto Alegre: ArtMed, 1996.

BRONFENBRENNER, U. et al. **Ecologia do desenvolvimento através do espaço e do tempo:** uma perspectiva futura.1995, p. 619–647. Associação Americana de Psicologia. Disponível em: https://doi.org/10.1037/10176-018. Acesso em 22 mai. 2023.

CARVALHO, T.F. de. **Formação inicial: concepções e práticas pedagógicas dos professores polivalentes nas aulas de Educação Física**, UNESP – Rio claro 2013. Disponível em

http://www.unesp.br/prograd/ENNEP/Trabalhos%20em%20pdf%20-%20Encontro%20de%20Ensino/T9.pdf .

CORRÊA, I. L. S.; MORO, R. L. **Educação Física Escolar:** Reflexão e ação curricular. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

CONTREIRA, C. B.; KRUG, H. N. **Educação Física nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: um estudo de caso com professores unidocentes**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 15, n. 150, nov. 2010. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd150/educacao-fisica-com-professores-unidocentes.htmAcesso em: 24 set. 2021.

CROUTER, A. C. **A evolução dos modelos ambientais na pesquisa de desenvolvimento.** Manual de psicologia infantil: Vol. I. História, teoria e métodos, ed.4ª, Nova York: Wiley. 1983, p. 357-414.

CURY, A**. Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro. Editora Sextante, 2003, 175 p.

DARIDO, S. C. Educação Física de 1ª a 4ª Série: Quadro Atual e as Implicações para a Formação Profissional em Educação Física. **Revista Paulista de EducaçãoFísica**. São Paulo, supl. 4, p. 61-72, 2001. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/139595. Acesso em: 03 ago. 2023.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia.** Ed. 3ª, São Paulo, Editora Saraiva, 2001, 177 p.

FERREIRA NETO, C. **A importância do Brincar no Desenvolvimento da Criança:** uma Perspectiva Ecológica. In I. C.Condessa (Org). (Re) Aprender a Brincar. Da Especificidade à Diversidade, p: 19-36. Ponta Delgada: U. Açores/ FCT.2009

FIORIO, K.; LYRA, V. B. **Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:** um olhar sobre a formação profissional em um território contestado. IX ANPED Sul – 2012. Disponível em http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/280/572. Acesso em 30 set. 2022.

FONSECA, V. **Da filogênese à ontogênese da motricidade**. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. 309 p.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo. Editora Scipione, 2009.

FREIRE, D. G.; VENDITTI JÚNIOR, R.; PRADO JÚNIOR, M. V. Estágio Curricular Supervisionado, Teoria Bioecológica e Formação Profissional em Educação Física Adaptada: Reflexões e Perspectivas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 305p. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/estagio-curricular-supervisionado-teoria-bioecologica-e-formacao-profissional-em-educacao-fisica-adaptada-reflexoes-e-perspectivas/ Acesso em: 03 julho 2023.

FREIRES, A.L. et al. **Educação física nos anos iniciais do ensino fundamental:** um estudo de caso a partir das percepções de professores da Escola Vereador João Gonçalves do Município de Marizópolis, Paraíba. Research, SocietyandDevelopment; Vol. 11, Nº 4, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i4.22255. Acesso em: 30 set. 2022.

GALLAHUE, David L. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. Ed.7ª. São Paulo. Editora: AMGH, 2013. 488 p.

GARCIA, J.P. **Breve percurso histórico para pensar a questão dos PCNs na educação brasileira.** Revista Educação Pública. Publicado em: 15 de fevereiro de 2011. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/7/breve-percurso-histoacuterico-para-pensar-a-questatildeo-dos-pcns-na-educaccedilatildeo-brasileira . Acesso em: 10 de jul. 2022.

GIBBS, G.; FLICK, U. **Análise de dados qualitativos**. Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788536321332. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321332/ . Acesso em: 16 set. 2022.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação Física Escolar: entre o “rola bola” e a renovação pedagógica. ALBUQUERQUE, Denise Ivana de Paula; DELMASSO, Maria Candida Soares. Desafios da educação física escolar: temáticas de formação em serviço no ProEF. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

HERNANDES-GARCIA, E. M. M. **Educação Física nos anos iniciais na rede municipal de educação de São José Do Rio Preto – SP**: sob a perspectiva dos atores da educação. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade EstadualPaulista (Unesp), Faculdade de Ciências,Bauru, 2023, 124 p.

HESS, C. M; TOLEDO, E. **A atuação do professor de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental:** uma abordagem legislativa. **R. bras. Ci. e Mov. 2016;24(1):167-178**

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. Ed. 5ª. São Paulo. Editora Perspectiva, 2007.Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-40126/jogo-como-elemento-da-cultura--aspectos-contemporaneos-e-as-modificacoes-na-experiencia-do-jogar . Acesso em 19 ago. 2022.

IMPOLCETTO, F. M; DARIDO, S. C**. Educação Física como componente curricular da Educação Básica**: aspectos legais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. Cap. 1, p. 14-27.

JARDIM, N. F. P. et al. **A Educação Física Como Componente Curricular Na Educação Infantil E Nas Séries Iniciais Do Ensino Fundamental**. Pensar aPrática, Goiânia. v. 17, n. 4, out./dez. 2014. DOI: 10.5216/rpp.v17i4.31250. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fef/article/view/31250.

Acesso em: 3 ago. 2022.

LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. Grupo GEN, 2021. 9788597026610. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/. Acesso em: 03 jun. 2022.

LOURENÇO, M. S. **A importância da Educação Física para a inclusão escolar.** 2011. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão – Faculdade UAB/UNB, Polo de Itapetininga, São Paulo. 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2324/1/2011_MariaShirleiLourenco.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação física infantil**: construindo o movimento na escola. Ed.7ª.Guarulhos. Editora: Phorte Editora, 2000. 140 p.

MELO, C. F.; COSTA, M. R. M. **Os conteúdos da cultura corporal do movimento ministrados nas aulas de educação física escola**r. Revista Cocar, v.3, nº5. Belém. Publicado em: 28 ago. 2011. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/72. Acesso em: 29 set. 2022.

MORRIS, P. A. **A ecologia do processo de desenvolvimento.** Manual de psicologia infantil. Modelos teóricos de desenvolvimento humano. 5ª edição, Editora: Damon, W. & Lerner, R. Nova York: Wiley, 1998, p. 993-1028.

MOURA, D.L. **Cultura e educação física escolar**: da teoria à prática. Ed. 3ª. São Paulo. Editora Unijui, 2012. 128 p.

NEGRINE, A. **Corpo na educação infantil**. Ed. 1ª. Caxias do Sul Editora EDUCS, 2002. 234 p.

OLIVEIRA, R. C.; DAOLIO, J. **Na "periferia" da quadra**: Educação Física, cultura e sociabilidade na escola. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 237–254, 2015. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642467 Acesso em: 30 set. 2022.

PEREIRA, R. S.; PICCOLO, V. L. N.; SANTOS, S. A. P. **A Educação Física nas séries da fase inicial do ensino fundamental**: olhar do professor polivalente.Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 20, n. 3, p. 343-352, 3. trim. 2009.DOI: 10.4025/reveducfis. v20i3.6783. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238483389. Acesso em: 28 set. 2023.

PORTO, E. T. R. **Mensagens corporais na pré-escola:** um discurso não compreendido. In: MOREIRA, W. W. Corpo pressente. Campinas, SP: Papirus, 1995. cap. 4, p. 83-110.

PRADO JR, M. V.. Quem é o aluno da Educação Física Escolar. Projeto de Educação Continuada, UNESP, Bauru, v. 5, p. 33-40, 1998.

PRADO JR, M. V. do. **A prática da Educação Motora na Primeira Série Escolar àLuz da Teoria Ecológica do Desenvolvimento**. Orientador: Prof. Dr. Ademir deMarco. 2001. 149 f. Tese (Doutorado em Educação Física junto ao curso deDoutorado na área de Educação Mora) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

RODRIGUES, C. Parâmetros Curriculares Nacionais: reflexões e críticas. **Revista Paulista de Educação Física**, p. 16-22, 2000.

RONCA, P.A.C. **A aula operatória e a construção do conhecimento**. Ed. 19ª. São Paulo. Editora Edesplan, 2001. 150 p.

SÁ, J.S.; WERLE, F. O. C. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 164, p. 386-413, 2017.

SILVA, G. M. de O. et al. **O jogo na escola:** uma análise da intenção pedagógica de professores de educação física. Conexões, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 145–164, 2012. DOI: 10.20396/conex. V.10i2.8637679. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637679. Acesso em: 19 ago. 2022.

SILVA, L. S. P. **A dimensão lúdica na criança e seu espaço tempo na escola.** Educação em Foco, p. 261–277, 2015. DOI: 10.22195/2447-52462015019682. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19682. Acesso em: 19 ago. 2022.

SOARES, C.L. et al. Metodologia do ensino de Educação Física. Ed.2ª. Editora Cortez. São Paulo, 2009. 200 p.

SOUSA, C. B. de; et al. A percepção de professores polivalentes regentes do ensino fundamental sobre a educação física. Rev. Brás Ciênc. Esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s. l.], v. 38, ed. 4, p. 376-383, 2 mar. 2016. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1969. Acesso em: 29 set. 2023.

SOUZA, D. S. et al. **A importância da educação física no ensino fundamental anos iniciais nas escolas públicas do Distrito Federal**. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal. v. 6, n. 4. 22 nov. 2019. Disponível em: https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/555/466 Acesso em: 02 out. 2023.

SOUZA JUNIOR, R. M. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em Educação Física.** Revista Pró-Posições, v.15, n. 2, maio/ago., p. 201-217, 2004. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2254/44-artigos-souzajuniorm.pdf . Acesso em: 30 jul. 2022.

TYLOR, E. B. **PrimitiveCulture (A cultura primitiva)**. Tradução: Marcial Suarez, Ed. 1ª. Editora Ayuso, Barcelona, 1977. 370 p.

VIEIRA, G. R.; et al. **Estágio e a Formação Docente:** a Importância do Professor de Educação Física na Educação Infantil. DOI 10.22533/at.ed.4522015054**.** In. SOUZA, M. V. (org) A Educação Física Como Área de Investigação Científica. Ponta Grossa, PR: Atena 2020.

VITORINO, M**. MINHA ESCOLA NÃO TEM QUADRA:** Problemáticas e possibilidades diante à falta de espaço físico adequado.Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade EstadualPaulista (Unesp), Faculdade de Ciências,Bauru, 2023, 80 p.

YUNES, M. A. M.; JULIANO, M. C. A Bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com Educação Ambiental. **Cadernos de Educação.** Pelotas v. 37, p. 347-379. Set/dez. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1591.Acesso em: 27 jun. 2021.

ZAATARI, W.E.l.; MAALOUF, I. **How the Bronfenbrenner Bio-ecological System Theory Explains the Development of Students'** Sense of Belonging to School? v. 12, n.4Sage Journals. 28 out. 2022. DOI: https://doi.org/10.1177/21582440221134089Acessoem: 03 ago. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,

nacionalidade:_____, idade: _____,

estado civil: _____, profissão:_____,endereço:_____ _____, RG:_____, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado A IMPLEMENTAÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANO INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A REALIDADE DE TRÊS MUNICÍPIOS DO INTERIOR PAULISTA, cujos objetivos e justificativas são: Verificar como está sendo a implementação do professor especialista de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental em três cidades vizinhas do interior do estado de São Paulo; Pontuar as semelhanças e as diferenças dessa implementação, entre essas três cidades. Essa pesquisa fez-se necessária por questionamentos levantados a partir da implementação parcial do especialista na cidade de Lençóis Paulista. A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder uma entrevista a pesquisadora referente a assuntos ligados à Educação Física escolar e ao professor especialista dessa área, que será gravada por áudio e vídeo com o meu consentimento. Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: A implementação do especialista em Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental seja concluída inteiramente proporcionando assim um melhor desenvolvimento motor, cognitivo e social aos estudantes da cidade de Lençóis Paulista. Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, dentre eles estão: cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional etc. O risco de quebra de sigilo também está presente, mesmo respeitando todos os termos e condições que garantem o anonimato dos participantes. Para que esse risco seja minimizado, tomaremos todas as medidas cabíveis e necessárias para manter o sigilo dos participantes desta pesquisa. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Os pesquisadores envolvidos com o referido

projeto são: Rita de Cássia Malagi e Milton Vieira do Prado Júnior, UNESP – BAURU, e com eles poderei manter contato pelos telefones (14) 99603-5689 ou (14) 99792-4221. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Nome:_____

Assinatura:_____

Pesquisadores:

Rita de Cássia Malagi

Assinatura:_____

Professor Doutor Milton Vieira do Prado Júnior

Assinatura:_____

_____, _____/_____/_____

APÊNDICE II - Codificação dos dados obtidos através das entrevistas com secretários de educação e supervisores de ensino.

Codificação de secretários e supervisores de ensino

	Secretário Lençóis	Supervisora Agudos	Secretário Macatuba
QUESTÃO 4 - Desde quando o professor especialista em Educação Física atua nos anos iniciais do Ensino Fundamental nesta cidade?	Desde 2019	Desde 2009	Desde 2000 nos anos iniciais e a partir de 2010 na educação infantil
QUESTÃO 5 - Ele atua em outros níveis da Educação neste município?	Nos anos finais do ensino fundamental	Somente nos anos iniciais do ensino fundamental	Desde o Ensino infantil até os anos iniciais do ensino fundamental.
QUESTÃO 6 - Existem outros especialistas atuando nos anos iniciais do ensino fundamental ou no ensino infantil aqui nesta cidade?	Nos anos iniciais o especialista em Língua Inglesa, e começou a implementação do especialista em Artes nos anos iniciais do ensino fundamental	Especialista em Língua inglesa	Especialista em artes e Língua inglesa
QUESTÃO 7 - Como foi a implementação do especialista, na parte burocrática, em questão de carga horária e a verba para o salário?	Houve conflito na logística em relação a carga horária, para o especialista atender todas as escolas da rede. Não houve problemas com os recursos que veem do FUNDEB.	Exigência do ministério público e a verba também veio do FUNDEF na época. Carga horária pré-determinada.	Foi uma exigência do ministério público a verba veio do FUNDEF na época. Começou com uma carga horaria pré-determinada e depois foi aumentando a demanda.
QUESTÃO 8- Em relação a carga horária do professor	Não. O pedagogo é corresponsável pela aula. Ele cumpre sua	Não. O que acontece é que: quando o professor	Não. O que acontece também em Macatuba é que: quando o

polivalente, foi reduzida a hora aula do professor especialista?	jornada com os HTPIS no horário contrário do seu turno de trabalho.	especialista está dando aula o pedagogo cumpre seus HTPIS que são um terço de sua jornada de trabalho conforme previsto em lei.	professor especialista está dando aula o pedagogo cumpre seus HTPIS que são um terço de sua jornada de trabalho conforme previsto em lei
QUESTÃO 9 - Em qual legislação o município se baseou para fazer a implementação do especialista nos anos iniciais?	Município não tem uma legislação específica para a atuação do especialista nos anos iniciais do ensino fundamental	Legislação do estado de São Paulo	Legislação do estado de São Paulo
QUESTÃO 10 - Quantas aulas de Educação física tem o currículo municipal? Todas são ministradas pelo especialista?	Duas aulas. Não somente uma aula atribuída ao especialista.	Duas aulas. Sim	Duas aulas. Sim
QUESTÃO 11- Referindo-se à questão pedagógica, quais os benefícios de os alunos terem aula com o professor especialista, em sua opinião?	Maior especificidade no ensino. Potencialização do que pode ser oferecido ao aluno. Preocupação com o vínculo professor-aluno, pensando em mais implementações de especialistas nos anos iniciais e no infantil.	Grandes benefícios para a criança e para a escola.	Especialista trazem um benefício muito maior para a criança. Trabalha com mais facilidade e prioridade os conceitos.
QUESTÃO 12- Quais os impactos positivos e negativos a implementação trouxe para o	Impactos muito positivos, tanto na questão pedagógica, quanto na questão da construção do	Tivemos somente impactos positivos com a implementação do especialista. Positividade essa	Tivemos somente impactos positivos. Tanto na realização efetiva da educação física na escola, quanto

município, em questões pedagógicas e financeiras?	ser humano. Maior especificidade relacionada ao movimento e ao lúdico.	que vemos na empolgação da criança na realização das aulas de educação física.	no horário que o pedagogo pode dedicar-se a outros afazeres de sua demanda.

APÊNDICE III - Codificação de gestores escolares da cidade de Lençóis Paulista.

	Gestores escola 1	Gestores escola 2	Gestores escola 3
Questão 1 - Quando começou a implementação do especialista na rede municipal de ensino?	No ano de 2019	No ano de 2019	No ano de 2019
Questão 2 - Esse processo foi tranquilo ou conturbado? Quais atritos existiram ou ainda existem na sua unidade escolar?	Foi conturbado na organização dos horários. Não houve atritos.	Foi conturbado na questão de organização de horários. Não houve atritos. Houve questionamentos do porquê somente uma aula atribuída ao especialista.	Foi tranquilo. Não houve atritos
Questão 3 - Quantas aulas são ministradas pelo especialista? Quantas aulas, em seu entendimento, deveriam ser ministradas por especialistas em educação física nesse nível do ensino?	Uma aula atribuída ao especialista e duas aulas de educação física na grade curricular. As duas aulas com o especialista seria o ideal.	Uma aula atribuída ao especialista e duas aulas de educação física na grade curricular. As duas aulas com o especialista seria o ideal.	Uma aula atribuída ao especialista e duas aulas de educação física na grade curricular. As duas aulas com o especialista seria o ideal.
Questão 4 - Em sua opinião, qual a importância de o especialista atuar nesse nível	As crianças serem mais bem atendidas por um especialista. A aula de educação física realmente ser	Maior especificidade de conteúdo. Atividades significativas para	Melhor atendimento das crianças, com foco no que elas realmente

do ensino municipal?	efetiva.	as crianças. Engrandecimento do trabalho desenvolvido pelo professor.	precisam.
Questão 5 - Em relação aos professores polivalentes, qual foi o impacto sobre eles dessa implementação?	Tranquilidade, alivio pelo fato de não precisar preparar uma aula na área que o pedagogo não é formado, e pelo fato de o aluno ser bem atendido.	O fato de não precisar planejar as aulas de educação física. A criança ser mais bem atendida por um especialista.	O fato de não precisar planejar uma aula da qual ele não tem formação. É um apoio para o pedagogo.
Questão 6 – Parecer final sobre a atuação dos especialistas nos anos iniciais do ensino fundamental.	A ausência do especialista no cotidiano escolar e o fato de não poder colocar substituto é um ponto negativo. Determinação burocrática da secretaria de educação por questões financeiras. Melhor atendimento dos alunos é o ponto positivo.	Extrema importância para o desenvolvimento motor da criança. Aulas planejadas para o desenvolvimento das habilidades e competências especificas da área. Inspira as crianças, é significativo para elas. O processo de ensino-aprendizagem também é movimento.	Atender melhor a criança, saber trabalhar com especificidade. Ponto negativo, ser somente uma aula, e a outra aula ficar desconexa.

APÊNDICE IV - Codificação de gestores escolares da cidade de Agudos

	Diretor 1	Diretor 2
Questão 1 - Quando começou a implementação do especialista na rede municipal de ensino?	2009	2009
Questão 2 - Esse processo foi tranquilo ou conturbado? Quais atritos existiram ou ainda	Foi tranquilo e bem aceito pelos outros professores, não houve atritos.	Foi tranquilo. O pedagogo e o especialista de educação física têm uma boa relação, e por isso,

existem na sua unidade escolar?		não há conflitos.
Questão 3 - Quantas aulas são ministradas pelo especialista? Quantas aulas, em seu entendimento, deveriam ser ministradas por especialistas em educação física nesse nível do ensino?	Duas aulas semanais com o especialista. Está bom, mas, se houver a possibilidade de mais seria melhor.	São duas aulas semanais. A meu ver esse número é bom.
Questão 4 - Em sua opinião, qual a importância de o especialista atuar nesse nível do ensino municipal?	Do especialista atuar melhor no desenvolvimento da coordenação motora, espaço e tempo.	O especialista atuar nesse nível de ensino, em minha opinião, e onde mais vai impactar a vida dele.
Questão 5 - Em relação aos professores polivalentes, qual foi o impacto sobre eles dessa implementação?	Impacto somente positivos, auxiliando em problemas de alfabetização.	Os impactos podem ser sentidos pelos pedagogos em sala de aula, no reflexo da coordenação motora e concentração.
Questão 6 – Parecer final sobre a atuação dos especialistas nos anos iniciais do ensino fundamental.	Observo somente pontos positivos em relação a esses especialistas. Gostaria de ressaltar que, atualmente ainda há profissionais que usam a educação física como disciplina de punição em relação ao comportamento. Isso para mim é uma falta de respeito com o direito do aluno e com o profissional de educação física.	O trabalho na rede municipal de ensino é excelente, um trabalho muito gratificante que deveria ser implementado na educação infantil.

APÊNDICE V - Codificação de gestores escolares da cidade de Macatuba

	Diretora 1	Diretora 2	Diretora 3
Questão 1 - Quando começou a implementação do especialista na rede municipal de ensino?	Em torno do ano de 2009	No ano de 2009	Em 2009
Questão 2 - Esse processo foi tranquilo ou conturbado? Quais atritos existiram ou ainda existem na sua unidade escolar?	Foi tranquilo, tivemos um ano de experiencia com aulas duplas e não deram certo, então colocamos uma aula por dia. Não há atritos.	Foi tranquilo, pois já avisa um projeto piloto. Não houve e não há atritos.	Foi muito bom. Não há atritos, há uma parceria
Questão 3 - Quantas aulas são ministradas pelo especialista? Quantas aulas, em seu entendimento, deveriam ser ministradas por especialistas em educação física nesse nível do ensino?	São duas aulas semanais com o especialista de educação física e considero um número adequado.	São duas aulas semanais com o especialista. Eu acho um número positivo.	São duas aulas semanais com o especialista, acho suficiente.
Questão 4 - Em sua opinião, qual a importância de o especialista atuar nesse nível do ensino municipal?	Muito importante ajuda na coordenação motora e destreza, contribuindo para uma formação global do aluno.	O especialista vem auxiliar tanto na coordenação motora, quanto nas noções básicas do dia a dia, que a criança precisa para se alfabetizar.	Todo o trabalho feito pelo especialista, mais específico, é ganho para o aluno.
Questão 5 - Em relação aos professores polivalentes, qual foi o impacto sobre eles dessa implementação?	O impacto é muito grande, percebemos nos conselhos de classe a evolução do aluno, ou na falta do	A interação do pedagogo com o especialista contribui e impacto positivamente as crianças e vemos o reflexo disso na	Foi muito produtivo, quando o pedagogo nota uma dificuldade nas crianças, passa para o especialista, ele

	especialista, por motivo de afastamento, o retrocesso.	aprendizagem.	também trabalha para a melhora disso.
Questão 6 – Parecer final sobre a atuação dos especialistas nos anos iniciais do ensino fundamental.	Eu considero o trabalho do especialista muito importante, ele desperta e aflora alguns talentos que na sala de aula acabam ficando escondidos.	A meu ver o aprendizado que o especialista trás para a criança, é para vida e não que vai ser guardado em uma gavetinha, ela aprende a ter controle emocional e lidar com frustações.	O trabalho que temos aqui do pedagogo com o especialista, trouxe somente ganhos para as crianças, houve somente coisas positivas.